INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

VIRGÍNIA RODRIGUES FERREIRA BARBOSA

Desafios para a conservação dos bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura dos terreiros tombados pelo IPHAN

RIO DE JANEIRO

2024

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

VIRGÍNIA RODRIGUES FERREIRA BARBOSA

Desafios para a conservação dos bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura dos terreiros tombados pelo IPHAN

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientador: Prof. Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta
Supervisor: Prof. Dra. Ana Cláudia Magalhães

RIO DE JANEIRO

2024

Essa pesquisa foi definida a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional na Coordenação Geral de Conservação no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, em Brasília/DF.

B238d

Barbosa, Virgínia Rodrigues Ferreira.

Desafio para a preservação dos bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura dos terreiros tombados pelo Iphan / Virgínia Rodrigues Ferreira Barbosa. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2024.

98 f.: il.

Orientadora: Adriana Sanajotti Nakamuta
Supervisão: Ana Claudia Magalhães

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2024.

1.Patrimônio cultural. 2. Conservação. 3. Terreiros. 4. Bens móveis. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.690981



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Virgínia Rodrigues Ferreira Barbosa

“Desafios para a conservação dos bens culturais móveis e elementos integrados à arquitetura dos terreiros tombados pelo Iphan”

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 22 de novembro de 2024.

Banca examinadora

Professora Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Analucia Thompson – Mestrado Profissional do IPHAN

Professor Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire – UFBA

Documento assinado eletronicamente por **Analucia Thompson**, **Usuário Externo**, em 05/02/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Adriana Sanajotti Nakamuta**, **Usuário Externo**, em 05/02/2025, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto Ribeiro Freire**, **Usuário Externo**, em 05/02/2025, às 22:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iphan.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **6036569** e o código CRC **F7A1CC3A**.

RESUMO

Essa pesquisa visa sistematizar as informações já existentes sobre os bens móveis e elementos integrados à arquitetura de Terreiros de Candomblé tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e colaborar para o debate conceitual sobre a conservação desses bens, visto que a quantidade reduzida de informações escritas ou de documentação sobre esses bens, que, inseridos em espaços tombados, interferem justamente em ações que poderiam ser desenvolvidas para a sua conservação e guarda do acervo, foram as principais motivações. Assim, a partir de dois estudos de caso: Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde - Roça do Ventura e Terreiro Culto aos Ancestrais - Omo Ilê Agbôulá, foi possível realizar um estudo para compreender quais objetos constituem a categoria de bens integrados e móveis de terreiros, assim como conhecer as características físicas e estéticas, o estado de conservação e a simbologia contida nesta tipologia do patrimônio. E assim, relacionar os conceitos de conservação-restauro com os bens móveis e integrados de terreiros, considerando seus materiais, tecnologia, usos e sacralidade.

Palavras-chave: Conservação-restauro; Terreiros; Bens móveis; IPHAN

ABSTRACT

This research aims to systematize existing information on movable cultural heritage and elements integrated into the architecture of Terreiros of Candomblé listed by the Institute of National Historical and Artistic Heritage (IPHAN). It also seeks to contribute to the conceptual debate on the conservation of these assets, addressing the challenge posed by the limited amount of written information or documentation about these cultural goods located in protected spaces. This lack of information can hinder efforts to develop effective conservation and safeguarding measures for the collection.

By examining two case studies—Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura) and Terreiro Culto aos Ancestrais (Omo Ilê Agbôulá)—we were able to identify which objects fall into the category of integrated and movable cultural goods. The study also explored their physical and aesthetic characteristics, conservation status, and the symbolism associated with this type of heritage. This allows us to connect the concepts of conservation-restoration with the mobile and integrated elements of Terreiros, considering their materials, technology, uses, and sacred significance.

.

Key words: Conservation-restoration; Terreiros; Movable cultural heritage; IPHAN

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

GTMAF - Grupo de Trabalho Interdepartamental para preservação do patrimônio cultural de Matriz Africana

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

INBMI - Inventário de Bens Móveis e Integrados

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAMBA-Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TED - Termo de Execução Descentralizada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Quantitativo de bens tombados pelo Iphan até 2015. 19
Tabela 2-Terreiros tombados pelo Iphan até 2023. 24

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Terreiro Omo Ilê Agbôula 34
Figura 2 - Localização do Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde 37
Figura 3 - A Coroa de Xangô localizada no Terreiro da Casa Grande..... 41
Figura 4 - Cadeiras rituais localizadas no terreiro Roça do Ventura..... 44
Figura 5- Instrumentos de percussão como o xequeré ou xeré..... 46
Figura 6-Atabaques com ojás pertencentes ao Terreiro Omo Ilê Agbôulá. 47
Figura 7-Alguidares localizados na cozinha sagrada do Terreiro Omo Ilê Agbôulá. 48
Figura 8-Instalação localizada no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, espaço interno.51
Figura 9-Atabaques tocados com varetas localizados no Terreiro Roça do Ventura. 55
Figura 10-Gã pertencente ao Terreiro Omo Ilê Agbôulá. 56
Figura 11-Cadeiras rituais com variações de tamanho e entalhe localizadas no terreiro Roça do Ventura. 57

SUMARIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I 16

1.1 Desafios e Mudanças na Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: A Trajetória dos Bens Móveis e Integrados 16

1.2 Análise da presença dos Bens móveis e integrados nos Processos de Tombamento dos Terreiros de Candomblé 21

1.3 Reconhecimento e Preservação: A Jornada do Tombamento dos Terreiros e a Inclusão dos Bens Móveis 29

CAPÍTULO II 33

2.1 Zogbodo Male Bogun Seja Unde e Omo Ilê Agbôula: A Preservação da Materialidade Sagrada em Dois Terreiros de Candomblé na Bahia 33

2.2 Objetos Sagrados e a Preservação Cultural: Estudo dos Bens Móveis em Terreiros de Candomblé 39

2.3 Objetos de Culto e Cotidiano no Candomblé: Significados, Funções e Conservação 52

CAPÍTULO III 60

3.2 A Interseção entre Conservação Técnica e Significado Cultural nos Objetos dos Terreiros de Candomblé 66

3.3 Desafios e Perspectivas na Conservação de Objetos Sagrados no Candomblé: Uma Abordagem Colaborativa 69

CONSIDERAÇÕES FINAIS 77

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 80

ANEXO I 88

INTRODUÇÃO

Os terreiros são espaços de importância histórica, simbólica, etnográfica e social do país, ricos em tradições, bem como locais de preservação e manutenção da memória ancestral de povos de origem africana trazidos ao Brasil na condição de escravos.

O espaço religioso designado como terreiro é o local onde as comunidades instalam-se para a prática de ritos dos cultos afro-brasileiros. O candomblé originado no território brasileiro a partir do encontro de povos variados no contexto da diáspora africana, que suscitou a mescla de diversas culturas, etnias, procedências, originando muitas expressões brasileiras, relevantes elementos da cultura da nação e é alvo de políticas preservacionistas destinadas ao patrimônio cultural brasileiro.

Na década de 80 ocorreu o primeiro tombamento de terreiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká, ou Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, situado em Salvador, na Bahia, como reconhecimento da importância e legitimidade dos grupos de religiões afro-brasileira na história e na cultura brasileira. Após 38 anos do primeiro tombamento existem onze terreiros tombados e uma lista de processos abertos, decorrentes de pedidos de tombamento encaminhados por terreiros, além de solicitações de intervenções de conservação, reformas e obras de restauro.

O Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, por se tratar do primeiro tombamento de um espaço sacro de matriz afro-brasileira, representou um desafio por romper barreiras impostas pelo preconceito e pelas próprias características do bem tombado, o que lançou novas reflexões sobre a preservação dos bens patrimoniais. Além disso, as questões sobre a preservação desse patrimônio material e imaterial geraram discussões recorrentes e foram foco de diversos debates entre os técnicos do IPHAN e os intelectuais que constituíam o Conselho Consultivo na época. Grande parte dessas questões ainda permanece em aberto até os dias de hoje. Posteriormente, o tombamento de outro terreiro de Candomblé só ocorreu quinze anos depois, quando o Ilê Axé Opô Afonjá foi reconhecido como patrimônio cultural do Brasil.

Os bens materiais representam uma categoria de patrimônio composta por objetos tangíveis, em que a materialidade é a via de expressão de valores culturais. São a expressão de aspectos imateriais em elementos físicos, como os bens arquitetônicos, bens móveis e elementos integrados, documentos gráficos, objetos arqueológicos, entre outros. Essa categoria é institucionalizada pelos órgãos de gestão e proteção do patrimônio

cultural, o que torna necessário o uso de políticas, ações, legislação e demais instrumentos de preservação específicos a esses bens.

Os bens móveis e integrados[1] dessa tipologia de patrimônio, por sua vez, dentro das práticas institucionais ainda têm pouca visibilidade e carecem de maiores aprofundamentos técnicos e conceituais. A primeira inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1938 no Rio de Janeiro, se refere a uma coleção de bens móveis denominada, Museu de Magia Negra[2], um acervo atípico quando comparado ao que se era protegido até então pelo Instituto. O acervo constituído por objetos pertencentes aos rituais de cultos afro-brasileiros é oriundo de frequentes batidas policiais nos Terreiros de Candomblé no Rio de Janeiro, ocorridas entre o final do século XIX e meados do século XX. A coleção foi incorporada ao Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, e integrou o Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, até que em 2020, fruto de grande mobilização do movimento "Liberte Nosso Sagrado", ocorreu a transferência do acervo da Polícia Civil para o Museu da República. Somente em 2022 o conjunto de 519 peças foi retirado de caixas com a proposta de realização de atividades de conservação, tais como: acondicionamento, organização, inventário, comunicação, acesso, assim como reparação ao promover a preservação da memória da religiosidade de matriz africana e afirmar o direito e respeito à diversidade religiosa brasileira.

Apesar da existência de iniciativas como “Liberte Nosso Sagrado” que valorizam o povo e cultura afrodescendente, a violência e preconceito sofrido por essas comunidades e espaços não foi encerrada. Os casos de destruição dos terreiros, antes institucionalizados, como observado no Rio de Janeiro durante as décadas de 80 e 90, agora assustam pela presença forte da intolerância religiosa, por vezes relacionada a membros das religiões neopentecostais. A figura das comunidades de terreiro ou manifestações religiosas de matriz africana são posicionadas como nocivas ao espaço em

[1] O conjunto de bens é entendido a partir da conceituação institucional estabelecida pelo IPHAN (REZENDE *et al*., 2015), a própria categoria de bens integrados foi criada no âmbito do serviço de inventários, ao se perceber que os bens formavam um nicho a parte que não se encaixava nos bens móveis ou imóveis. A definição dessas categorias, a partir de sugestão da museóloga Lygia Martins Costa, incluem naturalmente os bens de terreiros pela sua conceituação abrangente. No entanto o contexto específico em que foi criado gerou um descritivo com base em uma matriz católica, incluindo exemplos de bens que compõem a arquitetura de igrejas católicas, como altares, retábulos, arcos cruzeiros, tarjas de arcos cruzeiros, painéis de talha, pinturas parietais, painéis fixos, arcazes fixos, balaustradas de coro, mesas de comunhão, pias batismais e pias de água benta.

[2] O IPHAN realizou a retificação de nomenclatura do bem antes denominado “Museu da Magia Negra” para “Acervo Nosso Sagrado”, como uma forma de ressignificação dos valores atribuídos aos bens, assim como uma iniciativa de combate ao racismo.

que se encontram, ocorrendo uma demonização dos integrantes e o estímulo à agressão desses grupos com o objetivo de expulsá-los. Atualmente, o preconceito, inclusive a intolerância religiosa, em relação à preservação de Terreiros de Candomblé é criminalizado, e as ações de preservação são devidamente oficializadas e valorizadas. No entanto, o entendimento institucional sobre esse bem cultural ainda não está pacificado e, por vezes, parece alheio à própria dinâmica desses lugares.

Esta situação constantemente causa divergências sobre o que se deve preservar e como preservar quando se tombar um terreiro? Ainda que o valor cultural do patrimônio edificado seja confirmado e oficializado por meio do tombamento, observou-se que não há clara definição do nível de proteção que incide sobre os bens móveis e integrados que se encontram nesses espaços. Até então, não houve iniciativas quanto à proteção dos bens móveis e integrados que compõem os bens imóveis protegidos das religiões de matriz africana, que possuem importante função tanto no uso utilitário quanto no ritualístico.

A relação de difícil compreensão e conciliação entre os valores materiais e imateriais atribuídos aos elementos pertencentes aos terreiros, vai de encontro com o arcabouço conceitual preservacionista que tem pautado os tombamentos no Iphan, que é diretamente ligado a valores históricos, conceitos como autenticidade, raridade, excepcionalidade a partir de uma noção de singularidade histórica e artística e a imutabilidade.

A conservação da matéria do bem cultural é um dos principais focos; a integridade material se configura como essencial na prática preservacionista para perpetuação de algo autêntico, evocando a memória e mantendo os traços do bem como um testemunho de uma determinada época, ou de singular trabalho artístico. Dinâmica diferente do que ocorre nos terreiros em que os objetos não estão necessariamente ligados a uma valorização cronológica de eventos ou mesmo, ao passado. Os bens são imbuídos de valor e significado ao se inserirem na dinâmica religiosa; a partir desse momento estão sujeitos a ações humanas e temporais por vezes consideradas inconcebíveis do ponto de vista técnico da conservação, mas extremamente necessárias para a religião.

Essa pauta é tema abordado nos onze processos de tombamento para espaços de religiões de matriz africana. Ainda que a discussão não tenha se esgotado, haja vista sua complexidade, já evoluiu bastante e alguns pontos ficaram esclarecidos quando se trata do patrimônio edificado. Entretanto, quando abordada a presença dos bens móveis e elementos integrados à arquitetura, é demostrada a preocupação com o tema, mas termina sendo pouco discutido e não há maiores desdobramentos reflexivos.

Inicialmente o Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMBA) foi importante ao desenvolver reflexões sobre a preservação dos Terreiros de Candomblé no Brasil. Posteriormente o Grupo de Trabalho Interdepartamental para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (GTMAF), grupo que no momento está inativo, atuou para o fortalecimento das políticas de preservação que contemplam essa tipologia do patrimônio material.

Neste contexto, envolvendo as particularidades e divergências sobre a proteção desses bens, foi identificado que se deve responder as seguintes questões: Como os bens móveis e integrados dos terreiros se relacionam com a edificação e de que maneira são representados nos processos de tombamento? Como a dinâmica religiosa influi nessa materialidade e em sua manutenção para posteridade? E, em que medida, a análise dessa categoria de bens contribui para o estabelecimento de práticas de conservação e estudo dos bens materiais da cultura afro-brasileira?

Essas questões surgiram gradualmente e foram reforçadas desde o início da pesquisa do mestrado, o contato com processos de tombamento de caráter predominantemente etnográficos apontava brevemente alguma discussão sobre os bens móveis e alguma possibilidade de acautelamento visando sua preservação. A leitura dos processos e a percepção do tema a partir de um olhar externo à religião, com viés da área de conservação-restauro, resultaram em alguns questionamentos quanto à natureza dos bens móveis e integrados que interfeririam diretamente em abordagens para conservação desse conjunto. As atividades supervisionadas foram inicialmente desenvolvidas a partir dos processos de tombamento no sentido de identificar o conjunto de bens móveis e integrados, conhecer tanto na materialidade quanto nos sentidos atribuídos, que já eram amplamente anunciados nos processos de tombamento ao se discutir as características das edificações e as complexidades para a preservação. A quase ausência de informações sobre esses bens ocasionou uma falsa desvinculação deles da edificação tombada. As relações entre os bens móveis e integrados e os espaços, a partir da visão técnica do processo, não se apresentavam claras, devido à praticamente ausência de elementos que interligassem o bem tombado — normalmente incluindo apenas as edificações e árvores sagradas — com os bens móveis e integrados. O avanço das atividades supervisionadas desenvolvidas no âmbito da Coordenação Geral de Conservação, no Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização –CGCO/Depam, (acompanhamento do TED 03/2017 para conservação do patrimônio de terreiros tombados celebrado entre Iphan e Universidade Federal da Bahia, pesquisa de campo em Salvador com visita a três terreiros

tombados) possibilitou a percepção das sutilezas quanto à relação material e imaterial dos bens e os conflitos quanto a essa relação.

Considero importante não ter limitado minha pesquisa e análise aos documentos processuais do Iphan, de modo que não ficasse tão restrita à perspectiva institucional. Neste sentido, resolvi realizar pesquisa de campo para ouvir a perspectiva dos terreiros e conhecer o aparato de bens móveis e integrados que compões o espaço religioso. Durante o período de pesquisa visitei e conversei com os membros de terreiros tombados pelo Iphan na Bahia com o objetivo de conhecer suas casas, a visão de seus representantes sobre o tombamento realizado em nível federal, sua importância para a proteção e valorização das casas e comunidades, assim como as dificuldades para com a gestão do bem.

O desafio em pensar na conservação desses bens já é apresentado a partir das falas que caracterizam, nomeiam os objetos e explicam que que os aspectos imateriais e os valores relacionados a esses bens transcendem a materialidade. Essa questão ainda que discutida na conservação-restauração, se apresenta de uma forma mais complexa por tratar de um conjunto de objetos distintos dos que são normalmente citados quando se fala em arte sacra e ainda estão totalmente inseridos em uma dinâmica religiosa cotidiana.

Os bens dos terreiros visitados são compostos de um conjunto material rico e diverso, repletos de matéria prima orgânica e construídos a partir de saberes tradicionais. Muitos da mesma tipologia, materiais e técnicas, constituem coleções presentes em importantes instituições museais. Os objetos podem ser únicos, confeccionados exclusivamente para tal finalidade, como os atabaques, como também pode ser oriundos de conjuntos de objetos comuns como as quartinhas, cabaças etc.

A existência de um conjunto material dotado de valor estético, de significado simbólico e religioso, mas que se encontra velado é uma das questões que mais chamam a atenção e complexifica o desenvolvimento de ações de conservação. A subjetividade que envolve a conservação desses bens agrega à técnica a vivência e a disciplina, que se encontram submetidas a processos de mutabilidade, substituição e transformação, e é atrelada de forma indissociável às práticas rituais. Dessa forma, conceitos clássicos da conservação, que buscam assegurar que os bens sofram o mínimo de alterações possíveis com o decorrer do tempo, que defendem a autenticidade, e repelem o dano. não podem ser aplicados de forma objetiva nesse tipo de acervo, devido a estarem condicionados pelas dinâmicas e usos que os objetos sofrem ao longo da sua vida dentro do espaço religioso.

A conservação a partir da noção de subjetividade, como apresentado pelo conservador/restaurador espanhol, Salvador Muñoz Viñas (2021), é uma referência quanto à visão onde o interesse primário está nos sujeitos e não mais nos objetos. A objetividade na conservação, seria substituída por uma forma de subjetivismo. Nessa "teoria contemporânea" a noção de verdade é substituída pela comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes e a conservação seria realizada com a participação de pessoas para as quais o objeto tem significado. Portanto, esses interesses, necessidades, usos, prioridades, deveriam ser considerados como elemento primordial nos processos de decisão projetual.

Sendo assim, o presente trabalho trata da conservação da matéria no Candomblé, a partir da análise do conjunto de bens móveis e dos elementos integrados à arquitetura identificados em dois terreiros visitados durante a pesquisa de campo, os Terreiros Roça do Ventura, localizado na cidade de Cachoeira (BA) e o Terreiro Omo Ilê Agbôula, localizado na Ilha de Itaparica (BA). A escolha desses lugares como objeto de estudo foi fundamentada nos seguintes motivos: ambos são tombados pelo Iphan e são representativos de ritos diferentes, o primeiro do rito Jeje e o segundo de culto a Egungun, o que interfere efetivamente na forma como lidam com o universo material religioso.

A sistematização das poucas informações já existentes sobre os bens móveis e elementos integrados a arquitetura de Terreiros colabora para a discussão e inicia uma reflexão crítica sobre questões como a invisibilidade/lacuna/ausência do tema. Assim, a partir dos dois estudos de caso acima citados - Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde - Roça do Ventura e Terreiro Culto aos ancestrais - Omo Ilê Agbôulá, foi possível realizar um estudo para compreender quais objetos constituem a categoria de bens integrados e bens culturais móveis de terreiros, de valor patrimonial e ao mesmo tempo ritual, podendo assim relacioná-los a conceitos da conservação-restauro considerando seus materiais, tecnologia construtiva e sua relação com usos e sacralidade.

Desse modo, buscando-se uma melhor compreensão da questão central desta dissertação e de como o trabalho de pesquisa foi desenvolvido, foi estruturado os resultados, respostas, considerações e novos questionamentos que surgiram, em três capítulos que descrevo brevemente a seguir.

No primeiro capítulo, intitulado "A construção de uma visão", serão abordados os conceitos básicos sobre bens móveis e elementos integrados à arquitetura e a sua construção e absorção no meio institucional do Iphan. E, especificamente, sobre a discussão do tema nos processos de tombamento dos terreiros, situando as dificuldades,

particularidades desses bens abordados durante os processos de acautelamento e as questões que persistem até o presente.

A análise dos processos, considerando as justificativas de tombamento e de exclusão da categoria de bens móveis e de elementos integrados à arquitetura como parte do que se intenta preservar, colabora para o entendimento das questões que perpassam os processos de preservação dos bens, como o inventário dos objetos, as ações de conservação e restauro e o deslocamento e manipulação do acervo.

No segundo capítulo, são apresentados os estudos de caso de forma objetiva, a formação desses terreiros e seus respectivos contextos históricos, urbanos e religiosos. Nele são desenvolvidas reflexões sobre os bem moveis identificados, derivados das necessidades do culto, relacionado com as músicas, as vestimentas, os instrumentos, símbolos e emblemas, e a relação com a matéria, suas características estéticas, materiais e os aspectos sagrados e, ainda, como isso influi nas dificuldades de adequação desses bens aos moldes de preservação institucional.

No terceiro capítulo, é tratado sobre a conservação desses objetos em si, considerando suas características materiais, estéticas e os aspectos sagrados que impactam diretamente em ações de destruição e descarte dos bens em vista dos preceitos e dinâmica religiosa em que estão inseridos. Também são discutidas possíveis ações de conservação a partir da participação da comunidade detentora dos saberes tradicionais que conservam a sacralidade, elemento fundamental que confere significação a esses bens.

A preservação dos terreiros de Candomblé, enquanto patrimônio cultural, revela-se como um campo repleto de desafios. Através da análise das dinâmicas entre os bens móveis e imateriais, fica evidente a necessidade de uma abordagem que respeite a singularidade e a relevância dos objetos sagrados dentro de suas práticas religiosas. Embora avanços significativos tenham sido realizados no reconhecimento e tombamento desses espaços, o debate sobre sua conservação ainda é incipiente e carece de uma maior profundidade técnica e envolvimento das comunidades. Ao promover um diálogo aberto entre as tradições afro-brasileiras e as práticas preservacionistas, podemos não apenas garantir a salvaguarda desse patrimônio, mas também valorizar e respeitar a diversidade cultural que constitui a identidade brasileira.

CAPÍTULO I

> Mas existe no candomblé um outro aspecto, não menos importante, que chamou a atenção dos romancistas do nordeste - o seu aspecto estético. A religião e a arte, que em nossa civilização ocidental se separaram, casam-se aqui em líricos esponsais. E se é possível que o elemento religioso do candomblé um dia desapareça, é de se esperar que o brasileiro mantenha a herança de beleza que os negros transplantaram para sua nova pátria (BASTIDE,2001).

1.1 Desafios e Mudanças na Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: A Trajetória dos Bens Móveis e Integrados

O conceito de patrimônio cultural engloba uma diversidade de bens "de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade", conforme descrito na Constituição Federal de 1988.

Os bens de natureza material que compunham o patrimônio cultural brasileiro tradicionalmente dividiam-se em duas categorias: os bens imóveis e os bens móveis, diferenciados pela possibilidade de mobilidade do objeto. Lygia Martins Costa (1980) distingue a categoria de bens móveis e imóveis, a partir da capacidade de serem "transferidos de um a outro local":

> Imóveis, o acervo arquitetônico, urbanístico e natural protegido, inclusive os bens de espécie vária que, por sua natureza irremovível, se prendia ao contexto em que se inseriam. E bens móveis- evidentemente formando-lhe o contraponto- os que, criados para todo tipo de mister, a despeito de seu peso podiam ser transferidos de um a outro local sem problemas maiores (COSTA,1980).

Essa definição é modificada na década de 1980, quando é adicionado o conceito de bens integrados, associado ao conceito de bens móveis, cunhado pela museóloga e historiadora da arte Lygia Martins Costa, técnica do Iphan e pioneira na discussão de medidas e políticas relacionadas aos bens móveis. De acordo com Lygia Martins Costa (1992), o conceito de bens integrados se refere aos bens culturais que, embora possam ser removidos, encontram-se integrados a alguma estrutura arquitetônica. Essa classificação surgiu a partir de uma demanda prática para dar conta das atividades de preservação de acervos pertencentes a imóveis tombados pelo Iphan. Essa tipologia de bem não se

encaixava na classe de bens móveis ou imóveis, mas participava de ambas, exigindo uma especialização técnica para atuar com esses bens.

No Brasil, os bens móveis foram assimilados à noção de patrimônio a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Esses bens eram associados a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico, classificando-os nos livros de tombo histórico, das belas artes, arqueológico, etnográfico, paisagístico e das artes aplicadas, de acordo com os valores que lhes foram atribuídos.

Mas, anteriormente ao Decreto-Lei, já havia menção a essa tipologia de bens no anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade a pedido do então ministro Gustavo Capanema, em 1936. Esses bens, descritos como constitutivos do patrimônio que se identificava como histórico e artístico nacional, e cuja proteção se buscava sistematizar (SPHAN, 1980).

No entanto, a preocupação com esses bens é anterior; na década de 1920, foi identificado o interesse de comerciantes e imigrantes, devido ao seu valor comercial, principalmente os religiosos, como as alfaias, normalmente confeccionadas em ouro ou prata com pedras incrustadas. Na década de 1930 e 1940, esse comércio foi intensificado e ampliado com a venda de mobiliário e imaginária (COSTA, 1980, p. 303). Logo, os bens que pertenciam originalmente a igrejas ou sítios arqueológicos, e que já haviam sido desmembrados e separados de sua origem por particulares, antiquários e leilões, estavam em perigo devido ao risco de serem destruídos, descaracterizados ou alienados.

A partir de um contexto de preocupação com a circulação, roubo e venda do acervo de edifícios religiosos, e das dificuldades relacionadas à falta de inventários, arrolamentos ou descrições que os identificassem, foram criadas medidas de limitação da circulação dos bens, como o próprio Decreto-Lei 25/1937, que estabelecia que a coisa tombada não poderia sair do país por longos períodos, e a autorização estaria restrita a fins de intercâmbio cultural (SPHAN, 1980). Também a Lei nº 4.845, de 19 de novembro, proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte produzidas no país até o fim do período monárquico.

E ainda uma importante decisão do Conselho Consultivo do Iphan interferiu diretamente na proteção dada aos bens móveis e integrados. Na 116ª reunião, realizada em 13 de agosto de 1985, foi decidido que os efeitos do tombamento das edificações religiosas seriam estendidos para os acervos. Nesta reunião, o parecer do conselheiro

Lacombe justifica a inclusão dos bens móveis no tombamento a partir do seu aspecto material, mas também faz referência às características funcionais dos objetos litúrgicos, que são essenciais para o desempenho da função dos espaços religiosos. Apesar de a resolução, a princípio, parecer ser aplicada a edificações religiosas em geral, faz clara referência às edificações católicas, que consistiam no que havia sido tombado até aquele momento. Deve-se ressaltar que esta resolução de 1985 se desdobra em diversas outras medidas para a proteção do patrimônio de bens móveis e integrados, que possuem efeito retroativo. Como pode ser observado nas considerações do conselheiro Américo Jacobina Lacombe na época:

> O tombamento de um bem religioso de valor histórico ou artístico deve implicar necessariamente no dos seus acessórios, paramentos antigos, pluviais, dalmáticas, candelabros, campainhas, âmbulas, andores, arcazes, baixelas, sinos e sinetas, cibórios, patenas, navetas etc., sem os quais os edifícios religiosos não teriam função ativa. (...) A ideia contida neste processo consiste na ratificação desse entendimento, com evidentes efeitos retroativos, de que os acessórios dos edifícios religiosos estão igualmente tombados. Sugerimos para isso a averbação dos acervos, ainda que genericamente, à margem das inscrições de tombamento já feitas, referentes aos edifícios amparados pelo D.L. 25/37 (LACOMBE, 1985).

Esse contexto gerou a Portaria n° 11, de 11 de setembro de 1986, que considera a consolidação das normas para o procedimento de tombamento e estabelece que, quando se trata do tombamento de bens móveis, a instrução do pedido deverá contar com descrição pormenorizada do objeto, dimensões, material empregado, localização, proprietário e/ou responsável pela guarda, estado de conservação, documentação fotográfica e os valores atribuídos aos objetos (BRASIL, 1986).

O Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI) surge no fim de 1986 com o objetivo de conhecer e identificar os acervos de todas as edificações religiosas tombadas, a partir de uma metodologia que compreende uma ficha de inventário com dados técnicos, históricos, iconográficos e estilísticos, de acordo com a Portaria 11/86.

Com a promulgação do Decreto-Lei, o patrimônio nacional passa a ser discutido pelo Estado com a participação ativa de um grupo de intelectuais modernistas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Lúcio Costa e Rodrigo Mello Franco de Andrade, em que estava a intenção de formação do Estado Novo e construção da nação brasileira e identidade nacional por meio da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Dessa forma, selecionaram e legitimaram bens materiais que consolidaram a imagem de uma identidade cultural nacional.

Inicialmente, os bens móveis tombados se relacionam aos bens imóveis mais consagrados, como a arquitetura colonial religiosa: bens vinculados às funções dos edifícios, como imagens, retábulos, pias de batismo e de água-benta, e acessórios litúrgicos. Também são observados o tombamento de acervos e coleções de museus. Posteriormente, há uma leve ampliação do espectro de bens tombados com a inclusão de documentos e registros históricos. Na tabela, é possível observar que, entre 1938 e 1985, na categoria de bens móveis e integrados, as coleções de acervo de bens móveis católicos correspondem a quase 50% do que foi tombado no total dessas categorias; o mesmo padrão é observado nos bens imóveis. No período de 1986 a 2015, o número de bens tombados nas categorias analisadas diminui, principalmente os católicos. Assim, pode deduzir-se que ocorreram tombamentos de bens fora do ambiente da Igreja Apostólica Romana Católica.

Tabela 1-Quantitativo de bens tombados pelo Iphan até 2015.

Tipologia de Bem/Anos		**1938-1985**	**1986-2015**
Bens móveis e integrados	Objetos e bens integrados e Coleções e acervos de bens móveis	64	17
	Objetos e bens integrados e Coleções e acervos de bens móveis-**católicos**	30	1
Bens imóveis	Edificações e edificações com acervo-**católicos**	293	24
	Edificações e edificações com acervo	608	179

Fonte: Elaborado pelo autor com os dados fornecidos pelo Iphan, 2022.

Essa seleção de bens, que demonstra a identidade nacional em construção, está intrinsecamente ligada à conceituação de bens móveis e integrados desenvolvidas. No caso dos bens móveis, a abrangência de objetos é maior, incluindo arte erudita, aplicada

e popular, equipamentos domésticos, implementos de culto, cerimônias, lazer e itens do cotidiano, além de documentação escrita etc. A maioria dos bens está relacionada à arquitetura religiosa de origem católica apostólica romana, que até então era a tipologia majoritária do que havia sido tombado. Para os bens integrados, a definição desenvolvida por Costa faz referência direta a bens inseridos em edificações religiosas, principalmente relacionada a elementos da liturgia católica, como as pias de batismo e de água-benta e o acabamento do arco-cruzeiro.

Uma exceção às tipologias de bens que haviam sido tombados até então é o acervo do Museu de Magia Negra, tombado em 1938 e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O acervo é composto por objetos de culto afro-brasileiros apreendidos nas operações da polícia do Rio de Janeiro. O tombamento foi realizado sem detalhamento de justificativas, o que era uma prática comum no começo do SPHAN (CORRÊA, p. 408). Apesar disso, na troca de cartas entre Dante Milano, então diretor do Museu do Departamento Federal de Segurança Pública, e Rodrigo M. F. de Andrade, diretor do P.H.A.N., é indicado o valor patrimonial e o interesse cultural nos bens. O processo também possui um arrolamento que, apesar de simples e objetivo, contém informações relativas ao culto e ao uso de cada objeto, indicando que foi realizado por alguém com conhecimento prévio a respeito do tema. Como é descrito: "1 almofada com uma caveira e duas tíbias desenhadas, representando Umulú (Rei dos Cemitérios), entidade mais respeitada de todas as Leis".

Em outras regiões do país, também se formavam coleções a partir do mesmo meio de "coleta" — apreensões policiais — que eram foco da atenção de estudiosos com um olhar antropológico. O Museu Folclórico da Discoteca Pública Municipal obteve suas peças entre 1937 e 1938, a partir de uma Missão de Pesquisas Folclóricas enviada pelo Departamento de Cultura ao Nordeste e ao Norte, em 1938, integrada por Luís Saia, chefe e encarregado das pesquisas, e realizada por iniciativa de Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura. Destaca-se que parte das peças tem origem nas apreensões realizadas durante a perseguição aos xangôs e catimbós.

O mesmo ocorre com a coleção "Perseverança", tema de diversas pesquisas acadêmicas e alvo do olhar de vários antropólogos. A coleção é conformada a partir de apreensões realizadas em terreiros alagoanos, no episódio conhecido como "Quebra de Xangô", que ocorreu em 1912. Posteriormente, as peças foram incorporadas ao Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e reconhecidas como uma das mais importantes coleções de objetos religiosos afro-brasileiros.

Retomando o tema da coleção do Museu de Magia Negra, rebatizado de Acervo Nosso Sagrado, o pesquisador Alexandre Fernandes Corrêa ressalta que o acervo foi formado a partir de um olhar policial e sanitarista. Os objetos foram inseridos na lógica museológica e patrimonial sob a perspectiva da proteção do exótico. O autor ainda indica que a própria instituição teria "negado" esse tombamento, uma vez que não estava listado nos documentos que arrolavam os bens e valores culturais móveis e imóveis tombados pelo Serviço do Patrimônio Nacional. Considerando que sofreram o impacto das mudanças institucionais, no período designado de "fase heroica" dos tombamentos arquitetônicos de "pedra e cal", o viés antropológico observado anteriormente já não era tão presente frente ao olhar arquitetônico do período.

> Um exemplo concreto dessa negação pode ser constatado nos livros de resumo de bens tombados - o acervo do museu de magia negra não constava deles até o livro ser editado em 1984(CORRÊA, 2005, p. 409).

No Manual de Preenchimento do INBMI (2000), podemos observar essa relação por meio dos exemplos para preenchimento das fichas e do vocabulário controlado apresentado, que são compostos por acessórios litúrgicos católicos. O INBMI foi realizado em diversos estados brasileiros entre os anos de 1980 e 2005, que concentravam edificações coloniais religiosas, a tipologia de bem mais tombado pelo Instituto.

1.2 Análise da presença dos Bens móveis e integrados nos Processos de Tombamento dos Terreiros de Candomblé

Os anos 70 e 80 foram marcados por um contexto de movimentação cultural e política, além de avanços relacionados aos processos de gestão e seleção do patrimônio cultural. A reflexão sobre as limitações e práticas de preservação levou a modificações conceituais e à valorização do "patrimônio não consagrado", vinculado às culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. Além disso, o surgimento de demandas de grupos específicos e a articulação de diversos movimentos sociais influíram diretamente na política de preservação a partir dos anos 80 e na redação da Constituição de 88. Foi nesse contexto que ocorreu o tombamento do primeiro terreiro, em 1986, o Terreiro Ilê Axé Iyá Nassô Oká – conhecido como Terreiro da Casa Branca, em Salvador (BA), inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Gilberto Velho (1984) entende os tombamentos como: "A decisão de tombar

o terreiro implica no reconhecimento da legitimidade de uma tradição cultural e de um sistema de valores que, até há relativamente pouco tempo, fora objeto de discriminação e até perseguição(...)". Por meio de um tipo de compensação histórica, o mesmo Estado que perseguiu e invadiu os espaços de terreiro retoma e inclui os terreiros nas preocupações patrimoniais.

O ineditismo do pedido de tombamento do Terreiro da Casa Branca ocasionou muitas discussões devido às dificuldades de compreensão das especificidades do bem. A dinamicidade da estrutura do terreiro, as preocupações em relação à mutabilidade e até à destruição das edificações, e a aplicabilidade prática do Decreto-Lei n° 25 foram pauta das reuniões.

> (...) discutir e esclarecer alguns pontos relativos à questão da preservação do Terreiro da Casa Branca, no Bairro do Engenho Velho, em Salvador. As dúvidas se originaram, basicamente em função da peculiaridade da questão, já que é inédito no órgão de patrimônio histórico e artístico nacional a proposta de preservação desta espécie de bem cultural (IPHAN, Processo n° 1067-T-82, p.103-5).

O tombamento contemplou o conjunto monumental, árvores e paisagem, compreendendo santuários, edifícios e diversas árvores consagradas, além de outros objetos de culto ligados à tradição afro-brasileira. Foi o único tombamento que incluiu formalmente objetos de culto como parte dos valores materiais associados ao patrimônio edificado, mas que, entretanto, não chegou a ter nenhuma indicação deles por meio de um arrolamento ou inventário que os identificasse.

> (...) Obra: "Terreiro da Casa Branca", constituído de uma área aproximadamente de seis mil e oitocentos metros quadrados, com as edificações, árvores e **principais objetos sagrados (de culto)**, situado na Avenida Vasco da Gama (...) (IPHAN, 1986, p. 249, grifo nosso)

Apesar do tombamento do Terreiro da Casa Branca sinalizar, mesmo que timidamente, a presença dos bens culturais móveis como parte indissociável do espaço religioso, o tema não chega a ser desenvolvido no âmbito institucional.

Os critérios de atribuição de valor em termos de monumentalidade ou de valor artístico, normalmente relacionados às edificações religiosas, não foram citados; o processo se relacionou com a importância do valor histórico e etnográfico e, por vezes, mencionou a "pobreza das edificações".

> (...)posição institucional à época pode ser assim resumida: o tombamento seria um instrumento que não se adequaria a esses sítios religiosos porque neles sequer existiria uma arquitetura ou objetos de valor artístico, bem como nada que permitisse articulá-los à arte e à história do Brasil. No máximo, seria possível reconhecer nesse conjunto um valor etnográfico, relativo ao seu caráter diferenciado e exótico (SANT'ANNA, 2020).

Segundo o relator do processo da Casa Branca, o antropólogo Gilberto Velho, o tombamento deveria garantir a continuidade da expressão cultural a partir da preservação de seu "espaço sagrado", o que não significava renunciar às normas previstas, mas buscar uma "adequação para lidar com o fenômeno social em permanente processo de mudança". O processo foi um marco nas políticas de preservação do patrimônio, sendo um dos primeiros casos a contar com participação social, como posteriormente é previsto pela constituinte de 88, e ainda foi o primeiro reconhecimento de bens de matriz afro-brasileira, visto que anteriormente eram associados a um olhar preconceituoso.

Observa-se que houve ali um princípio de problematização a respeito dos bens culturais móveis e como o tombamento lidaria com suas particularidades, especialmente no campo do simbólico:

> Tendo em vista que "as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem sem prévia autorização da SPHAN, ser reparadas, pintadas ou restauradas" (Art. 17, Decreto–Lei n°25, de 30 de novembro de 1937), quais são os elementos materiais existentes nos Terreiros de Candomblé sobre os quais a legislação poderá incidir sem prejuízo da natureza de tais bens: As construções? A vegetação? Objetos de culto? Outros? (ALCANTRA,1983).
>
> É evidente que essas construções e decorações são acrescidos ao patrimônio do terreiro gradativamente, como outras são destruídas sem deixar traços. Dada esta mutabilidade arquitetônica e iconográfica, se torna problemático tombamento total das construções e suas decorações, mesmo reconhecendo seu alto valor artístico (FRY,1983)

Atualmente, o Iphan possui onze terreiros tombados em nível federal, ocorridos no período entre 1986 e 2018, localizados na região Nordeste do país, envolvendo os estados da Bahia, Pernambuco e Maranhão. São nove localizados nas cidades de Salvador, Cachoeira e Itaparica, um em São Luís e, por último, um em Recife. As edificações estão inscritas no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O tombamento dos terreiros inseridos no livro é associado ao valor etnográfico e também pode ser relacionado a mais uma classificação, a de Gonçalves (2013), que abrange patrimônios etnográficos simbióticos. Neste contexto, a dimensão material e a imaterial são fundamentais para compreender e transmitir o bem como tal. Dessa forma, a dimensão material/imaterial está intimamente ligada à

materialidade/imaterialidade. Essa relação é tão relevante que, se deixada de lado, o bem pode perder significado ou ser prejudicado negativamente em sua compreensão.

Tabela 2-Terreiros tombados pelo Iphan até 2023[3].

Estado/Município	**Nome do Terreiro**	**Ano do tombamento**
Salvador - BA	Terreiro da Casa Branca	1986
Salvador - BA	Terreiro do Axé Opô Afonjá	2000
São Luís - MA	Terreiro Casa das Minas Jeje	2005
Salvador - BA	Terreiro de Candomblé Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois)	2005
Salvador - BA	Terreiro do Alaketo, Ilê Maroiá Láji	2004
Salvador - BA	Terreiro de Candomblé do Bate-Folha	2005
Salvador - BA	Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré	2014
Cachoeira - BA	Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura)	2015
Itaparica – BA	Terreiro Culto aos ancestrais – Omo Ilê Agbôulá	2015
Salvador – BA	Terreiro Tumba Junsara	2018
Recife – PE	Terreiro Obá Ogunté – Sítio Pai Adão	2018

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados disponibilizados pelo IPHAN

Apesar do tombamento do Terreiro da Casa Branca, as questões e dificuldades colocadas durante o processo, como o questionamento sobre o instrumento do tombamento ser o ideal para esse tipo de bem, a dinamicidade e mutabilidade desses espaços devido aos princípios sagrados da religião, e as dificuldades relacionadas à posse dos terrenos que as edificações ocupam, de alguma maneira ainda persistem de forma generalizada na instrução dos processos de tombamento de terreiros que ocorrem posteriormente, estando presentes até no mais recente, o Terreiro Obá Ogunté – Sítio Pai Adão, tombado em 2018 pelo IPHAN.

Diante dos problemas e urgências que permeiam os processos, as discussões que envolvem os bens móveis e elementos integrados à arquitetura são pouco abordadas ou não citadas durante os processos. As dificuldades identificadas quanto ao reconhecimento de valor das edificações são acentuadas quando se trata dos bens móveis e integrados. As

[3] Tabela complementar no anexo I.

justificativas apresentadas são relacionadas à natureza das peças e à incompatibilidade com o Decreto-Lei n° 25, de 30/11/1937, devido à dinamicidade, mutabilidade e até à destruição dos objetos de culto.

No Terreiro Axé Opô Afonjá, o parecer técnico de Tereza Beatriz da Rosa Miguel, então procuradora do Iphan, esclarece que os bens ilustrados no processo não estão incluídos no tombamento, mas não indica um motivo específico:

> Vale destacar que as referências fotográficas e textuais ao acervo móvel do Museu Ilê Ohum Lalai-edificação que integra, entre outras, o bem denominado "Terreiro Axé Opô Afonjá"- têm efeito meramente ilustrativo, já que o tombamento restringe-se exclusivamente ao bem imóvel, nos exatos termos da poligonal apresentada pelo DEPPROD (MIGUEL, 1999).

Posteriormente ao tombamento, nos anos 2000, foi realizada uma visita técnica visando o reconhecimento do acervo pertencente ao terreiro tombado, especificamente do Museu Ilé Ohun Lailai. Em memorando, foi relatado sobre um cômodo com objetos, entre eles amostras minerais (pedras), fotografias, mobiliário, lembranças, indumentárias, ferramentas, adornos e instrumentos musicais. Também foi destacada a dificuldade de identificação das peças a serem cadastradas e a necessidade do auxílio de um etnólogo. Maria da Conceição Feitosa relata a inexperiência quanto ao inventário dessa tipologia de peças: “Nova experiência no que diz respeito aos critérios a serem levados em conta para a inclusão das peças” (FEITOSA, 2000).

Na troca de cartas, é demonstrada a preocupação com o acervo ser oriundo de um terreiro já tombado pelo Iphan e sobre a possibilidade de realização do inventário no contexto do INBMI, no VI Módulo do projeto de Inventário/Bahia, que estava previsto para 2001. Nas mesmas correspondências, foi evidenciada a importância de realizar o inventário antes do tombamento:

> Apontamos que este inventário, em nossa opinião, deveria ter sido feito antes do tombamento, mas como o assunto do acautelamento do terreiro Ilê Axé Opô Afonjá não foi tratado nessa Divisão, ficamos impossibilitados de averiguar as razões dessa falha (CASTRO, 2000).

No terceiro terreiro tombado, Casa das Minas Jeje (São Luís-MA), a justificativa apresentada é sobre a natureza das peças e a incompatibilidade com o Decreto-Lei n° 25, de 30/11/1937, que rege o tombamento:

> O acervo de bens móveis não deve ser incluído neste tombamento, em virtude da sua natureza efêmera e facilmente perecível de numerosas das peças

> arroladas no inventario fotográfico "que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência desse ato (ANDRÉS, 2001).

No caso do Terreiro Omo Ilê Agbôulá (Itaparica-BA), apesar da recomendação da inclusão de bens móveis no parecer técnico, os bens são excluídos da proposta devido à ausência de inventário:

> Observo que no início da instrução havia a expectativa por parte dos técnicos de que se pudesse, incluir no tombamento, "as roupas dos Eguns e todo o conjunto de materiais rituais relativos ao culto, caracterizados no jargão patrimonial como bens móveis do terreiro (...) parte integrante e indissociável do bem protegido"(fl.199) entretanto como não foi possível realizar o inventário desse acervo de bens móveis, essa intenção foi retirada do presente processo, para não prejudicar a urgência da medida (ANDRÈS, 2015).

No Terreiro Tumba Junsara (Salvador-BA), embora exista um inventário, a seleção dos bens não tinha como finalidade o tombamento:

> (...) Não faz parte da proposta aqui apresentada o acervo de bens móveis, apesar de existir um inventário de grande qualidade, que identificou os bens móveis da Casa. Esse trabalho teve o objetivo de elaborar um projeto de musealização do acervo da Casa, e nesse projeto não incluiu análise do que poderia ser selecionado para tombamento (DI LELLO, 2016).

No último terreiro tombado, Sítio Pai Adão (Recife-PE), embora tenha sido reconhecida a importância do acervo para a memória durante o processo, não foram apresentadas muitas informações para a inclusão dos bens móveis:

> Não há elementos suficientes para incluir os bens móveis no tombamento. Mas considerando que é um acervo significativo do culto e que o sítio já possui espaço de memória, sugerimos que esse item também seja discutido com a comunidade para que eles de financiar bens que devam compor este tombamento, no caso positivo, recomendamos que eles colaborem com a realização do inventário dos bens móveis a serem protegidos (ANDRÈS, 2018).

Em outros casos, os bens móveis são sumariamente ignorados.

Os terreiros Ilê Axé Opô Afonjá e Ilê Iyá Omin Axé Iyamasse (Terreiro do Gantois em Salvador-BA) indicam, durante o processo, a existência de um museu e memorial que incluem peças referentes à história do local, objetos rituais e pessoais, que já haviam passados por uma seleção e foram anexadas imagens e um arrolamento dos itens. No entanto, é esclarecido que as imagens têm efeito meramente ilustrativo, pois o tombamento se restringe exclusivamente ao bem imóvel.

No caso do Terreiro Casa das Minas, foi apresentado um arrolamento de 264 peças sugerido pela irmandade, contendo denominação e dimensões. Nessa situação, o relator do processo utiliza como justificativa: "que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência desse ato", considerando que os bens têm uma característica dinâmica, efêmera e facilmente perecível, e não se encaixam nos pré-requisitos do tombamento. O inventário realizado em 2001, com a participação da comunidade do terreiro, é composto de instrumentos musicais, mobiliário, fotografias, indumentárias, objetos utilitários, esculturas utilizadas em rituais e/ou ornamentação, e atividades do cotidiano do terreiro, como preparo de alimentos.

O Terreiro Tumba Jussara, localizado em Salvador, tem anexado em seu processo um inventário de 50 peças feito a partir da adaptação do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, instrumento elaborado pelo Iphan e aplicado tradicionalmente à cultura material religiosa católica. No entanto, o intuito da produção do inventário foi a musealização do acervo e, logo, foi justificada a sua exclusão do tombamento, pois não fazia parte da proposta. Apesar da qualidade do inventário, não havia passado por uma análise do que poderia ser tombado. As fichas sistematizam informações como identificação, condições de segurança e conservação, localização, acesso e documentação fotográfica dos objetos. Nele estão listados objetos utilitários, ritualísticos, ferramentas de *nkisi*, instrumentos musicais, mobiliário e esculturas, confeccionados de materiais orgânicos, como conchas, fibras naturais, madeira, metais diversos, cerâmica e madeira.

O último terreiro tombado é o Terreiro Obá Ogunté - Sítio Pai Adão, no qual não foi anexada no processo documentação suficiente para incluir os bens móveis. No entanto, devido à importância do acervo, foi sugerida a realização de um inventário em conjunto com a comunidade para a identificação dos bens que deveriam compor o tombamento. Contudo, a proposta não foi continuada devido às dificuldades e ao tempo necessário para se desenvolver o inventário, o que acarretaria no prolongamento do processo de tombamento e ocasionou desinteresse da comunidade.

Os Terreiros Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré, Terreiro de Candomblé do Bate-Folha (Manso Bando Quenqué Bate-Folha) e Terreiro do Alaketo citam, em seus processos, objetos rituais e mobiliários importantes para o espaço religioso, mas não discutem sobre sua inclusão no tombamento. Dessa forma, apesar da reconhecida existência de objetos importantes, a solicitação de tombamento não compreende esse tipo de patrimônio.

Há também casos em que os bens móveis já se encontram em um contexto musealizado, considerando que dois dos terreiros apresentam locais dedicados à exposição desses bens relacionados à construção histórica do espaço e à realização de festividades e rituais. O Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá tem em seu ambiente o Museu Ilê Ohum Lailai, que, segundo o próprio site, é o primeiro museu do candomblé e conta com 750 peças. Recentemente, esse espaço expositivo passou por uma requalificação física e pela concepção de um novo projeto expográfico, e os objetos foram higienizados e restaurados. O acervo é composto de instrumentos musicais, indumentárias, tronos, esculturas, documentos, objetos utilitários, adornos, fotografias e mobiliário, confeccionados principalmente de materiais orgânicos, como madeira, fibras naturais, conchas, tecidos, cerâmica e papel.

O Terreiro do Gantois tem o Memorial Mãe Menininha que tem mais de 500 peças referentes à história, objetos rituais e pessoais do próprio terreiro e da Mãe Menininha. Seu acervo é similar ao Museu Ilê Ohum Lailai.

Os terreiros Tumba Junsara e Terreiro Casa das Minas apresentam um inventário com 50 peças e arrolamento composto de 264 peças, ambos realizados com a participação de membros do terreiro. Os acervos são compostos principalmente de instrumentos musicais, fotografias, objetos ritualísticos e mobiliários majoritariamente confeccionados com material orgânico.

Apesar da inserção dos bens móveis não ocorrer formalmente nos processos, em alguns deles consta em pareceres o pedido de inclusão desses bens no tombamento, como no caso do Terreiro Omo Ilê Agbôulá. Dessa forma, não são apresentados critérios de seleção nos pedidos, mas há destaque para a importância da colaboração dos membros da comunidade do terreiro na identificação e avaliação de quais peças seriam passíveis de tombamento, o que implicaria em não destruição e todos os cuidados com seu deslocamento. Como foi apresentado no parecer técnico de Maria Paula Fernandes Adinolfi (2015) no processo de tombamento do Terreiro Omo Ilê Agbôulá:

> Por esta razão, acrescento a proposição de tombamento uma recomendação não explicitada no laudo: as roupas dos Eguns e todo o conjunto de materiais que faz relativos ao culto, caracterizados no jargão patrimonial como "bens móveis" do terreiro, devem ser incluídos como parte integrante é indissociável do bem protegido através de instrumento do tombamento (ADINOLFI, 2015, p.199).

Diante do exposto, é possível constatar que, nos processos de tombamento, observa-se o reconhecimento do valor histórico, etnográfico, paisagístico e cultural dos terreiros, que são compostos por um universo de bens materiais e imateriais fundamentais para o espaço religioso. Discussões recorrentes, desde o primeiro dossiê, abordam a viabilidade da aplicação do instrumento de tombamento para a proteção dos terreiros, levando em consideração os efeitos, as questões relacionadas ao dinamismo e à mutabilidade dos bens, além da forte relação entre o material e o imaterial, que influenciam diretamente nas ações de preservação.

1.3 Reconhecimento e Preservação: A Jornada do Tombamento dos Terreiros e a Inclusão dos Bens Móveis

Os processos de tombamento, ao longo do tempo e com o avanço de outros campos do conhecimento, passaram a incorporar estudos mais abrangentes, como laudos antropológicos. Esses laudos oferecem informações detalhadas sobre a fundação, organização, hierarquias e funcionamento dos espaços religiosos. A inclusão dessas novas informações enriqueceu a compreensão dos terreiros, permitindo uma avaliação mais precisa e contextualizada dos valores que justificam seu tombamento.

O tombamento de terreiros apresenta diversas complexidades, muitas das quais são problematizadas nos primeiros processos, provenientes da preocupação com a aplicabilidade das determinações do Decreto-Lei n.º 25, de 30/11/1937. Questões como as modificações que poderiam ocorrer na casa de culto em função da dinâmica da religião, a valoração do bem e o enfraquecimento do instrumento em razão da mutabilidade do bem colocavam em dúvida o tombamento como o instrumento adequado para sua proteção.

Existem trabalhos que abordam o processo de patrimonialização e as questões sobre a preservação das edificações, mas poucos avanços foram feitos em relação ao alcance e às limitações das práticas de preservação do grupo de bens móveis e integrados. Além disso, ainda não foram desenvolvidas referências sobre a conservação material de bens relacionados às comunidades de matriz africana. Uma das questões que demandam reflexões é a inserção dos bens móveis nos processos de tombamento e a relação com os valores atribuídos ao patrimônio edificado desses espaços religiosos.

A construção da conceituação e das normativas relacionadas a esses bens foi elaborada a partir de conceitos eruditos aplicados pelos técnicos, principalmente nos primeiros tombamentos, vinculados aos bens de origem católica ou a acervos e coleções relacionados a museus. Observa-se que a discussão sobre esse acervo não teve grandes avanços no âmbito dos processos de reconhecimento de terreiros desde esse período.

Os processos de tombamento de edificações religiosas, datados do mesmo período do primeiro tombamento de terreiro, como o da Igreja Nossa Senhora das Neves (Salvador-BA), tombada em 1958, e da Igreja Matriz de Santiago (Cachoeira-BA), tombada em 1960, fazem parte do grupo majoritário de bens de arquitetura religiosa de origem católica apostólica romana. Observou-se o destaque dado ao recheio artístico como parte da excepcionalidade estética da edificação. Tanto a Igreja Nossa Senhora das Neves quanto a Igreja Matriz de Santiago não tiveram os bens móveis e integrados citados especificamente durante o processo de reconhecimento, que tratava objetivamente da edificação e de alguns elementos móveis e integrados com relevância técnica e artística para a composição da edificação. Foi somente com a decisão do Conselho Consultivo do Iphan, na 116ª reunião de 13 de agosto de 1985, que os efeitos do tombamento das edificações religiosas foram estendidos para os bens móveis e integrados. O parecer de Lacombe justifica a inclusão dos bens móveis no tombamento a partir do seu aspecto material, mas também faz referência às características funcionais dos objetos litúrgicos, que são essenciais para o desempenho da função dos espaços religiosos. Apesar de a Resolução parecer, à primeira vista, ser aplicada a edificações religiosas em geral, faz clara referência às edificações católicas, que consistiam no que havia sido tombado até aquele momento. Deve-se ressaltar que esta Resolução de 1985 se desdobra na Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986, e no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI).

A principal diferença notada na análise dos documentos é quanto ao tipo de descrição e detalhamento dos espaços das edificações católicas. No caso da Igreja Nossa Senhora das Neves, os elementos ornamentais integrados dos espaços são detalhados e associados à excepcionalidade, antiguidade e relevância técnica e artística. Nos dossiês de tombamento dos terreiros, por sua vez, são identificadas informações e descrições da edificação, mas a ênfase está nos elementos que remetem aos aspectos imateriais mais importantes do espaço, como os rituais realizados.

Algumas diferenças quanto ao tratamento desses objetos, verificadas entre igrejas de orientação cristã e terreiros de matriz africana, podem ser justificadas por alguns

motivos que permeiam os processos de tombamento. Entre eles, destaca-se o fato de que alguns objetos são de uso contínuo nos rituais religiosos e estão suscetíveis a mudanças e destruição; a avaliação técnica que considera apenas valores artísticos e estéticos; a montagem dos inventários com a participação da comunidade, que demanda tempo e recursos; e o receio por parte da comunidade de que o tombamento do objeto possa limitar seu uso, considerando a inexistência de uma normativa no Iphan que aborde a conservação dos bens.

Existem trabalhos que abordam o processo de patrimonialização e as questões sobre a preservação das edificações, mas poucos avanços foram feitos em relação ao alcance e às limitações das práticas de preservação do grupo de bens móveis e integrados. Além disso, ainda não foram desenvolvidas referências sobre a conservação material de bens relacionados às comunidades de matriz africana. Uma das questões que demandam reflexão é a inserção dos bens móveis nos processos de tombamento e a relação com os valores atribuídos ao patrimônio edificado desses espaços religiosos.

Dessa forma, é importante considerar o lugar que os bens móveis ocupam no contexto institucional. Essa tipologia de patrimônio ainda tem pouca visibilidade, especialmente quando se trata daqueles das religiões de matriz africana. Segundo Márcia Sant'Ana, em uma entrevista concedida a Juliana Cunha, técnica do Iphan e mestre em preservação do patrimônio cultural, nos primeiros tombamentos não havia grande preocupação com o processo de identificação do acervo de bens móveis dos terreiros (CUNHA, 2018). Nesse sentido, observa-se que a discussão sobre esse acervo não teve grandes avanços no âmbito dos processos de reconhecimento desde esse período.

A categoria dos bens móveis, de certa forma desfavorecida não só no contexto dos terreiros, constitui os espaços tombados como elementos relacionados ao equipamento de trabalho, lazer, arquitetônico e urbano. Mais suscetíveis às mudanças sociais, econômicas e de gosto, quando comparados aos bens arquitetônicos, são marcados pelo esquecimento. Os bens que podem compor um conjunto conhecido como arte decorativa, sobretudo de utilização doméstica, são frequentemente substituídos e trocados para estarem em dia com a época. Lygia Martins explica que, mesmo com algumas diferenças, a perda dessa tipologia de bens também ocorreu com os norte-americanos, que passaram a buscar semelhantes no mercado da Europa e da Ásia, constituindo importantes coleções. No Brasil, mesmo com grandes perdas, nas igrejas de matriz católica, o acervo conservado foi significativo, enquanto os de culto de origem africana "sofreu sérios revezes em

virtude de perseguições, tendo pouca coisa de real significação artística sido salva no Nordeste" (COSTA, 2002, p. 295).

A perda desses elementos decorativos é vista como de menor expressão quando comparada às imagens sacras e elementos arquitetônicos, frequentemente julgados como de talha única e rica policromia. Esses elementos foram se perdendo gradativamente, como observa Lygia Martins:

> No que tange ao equipamento de cozinha, banheiro e de simples utilidade, mais difícil ainda de sê-lo encontradiço. É que não tendo merecido nas primeiras décadas do século interesse de compra de parte do comercio especializado, por não corresponder então ao gosto do colecionador, quase tudo se perdeu com a modernização dos interiores. (COSTA, 2002, p.305)

Essa relação impacta diretamente no olhar quanto ao valor da cultura material africana/afro-brasileira, por vezes vista diretamente relacionada ao sagrado, incorre também de um olhar simplista, qualificando como arte primitiva e secundária por uma carência de interpretação estética do que se produz como expressão afro-brasileira. Essa categoria, de certa forma, se assemelha ao que foi observado em espaços tradicionais de arte decorativa, considerados secundários em comparação com a cultura material vista como sofisticada nas igrejas em processo de tombamento.

O olhar voltado para as igrejas, especialmente em função da saída do país de bens religiosos devido a saques, vendas e trocas, pode ter contribuído para a construção de uma noção de bens móveis e integrados vinculados a esse conjunto de bens eclesiásticos. Mesmo que a conceituação fosse ampla, o entendimento construído pela prática destacou esse acervo.

A participação e a mudança gradual do olhar voltado para os terreiros, percebidas nos processos de tombamento, incluem uma pesquisa multidisciplinar, além de pareceres e estudos direcionados à história, tradições, organização espacial dos terreiros e ao contexto oficial de formação. A incorporação de novos profissionais revela as riquezas desses locais, que inicialmente eram focados em princípios básicos de antiguidade e tradicionalidade. Essa abordagem aguça a percepção do contínuo cruzamento entre o uso dos espaços, os objetos, a riqueza botânica e as tradições.

CAPÍTULO II

> O candomblé, que é o nome dado na Bahia às cerimônias africanas, representa, para seus adeptos, as tradições dos avós que vieram dum país longínquo, fora do alcance e quase fabuloso. Tradições mantidas a duras penas é que lhes deu força de se conservarem eles mesmos, apesar dos preconceitos e do desprezo em que eram tidas suas religiões e a obrigação de participar da religião de seus senhores (VERGER, 2002).

2.1 Zogbodo Male Bogun Seja Unde e Omo Ilê Agbôula: A Preservação da Materialidade Sagrada em Dois Terreiros de Candomblé na Bahia

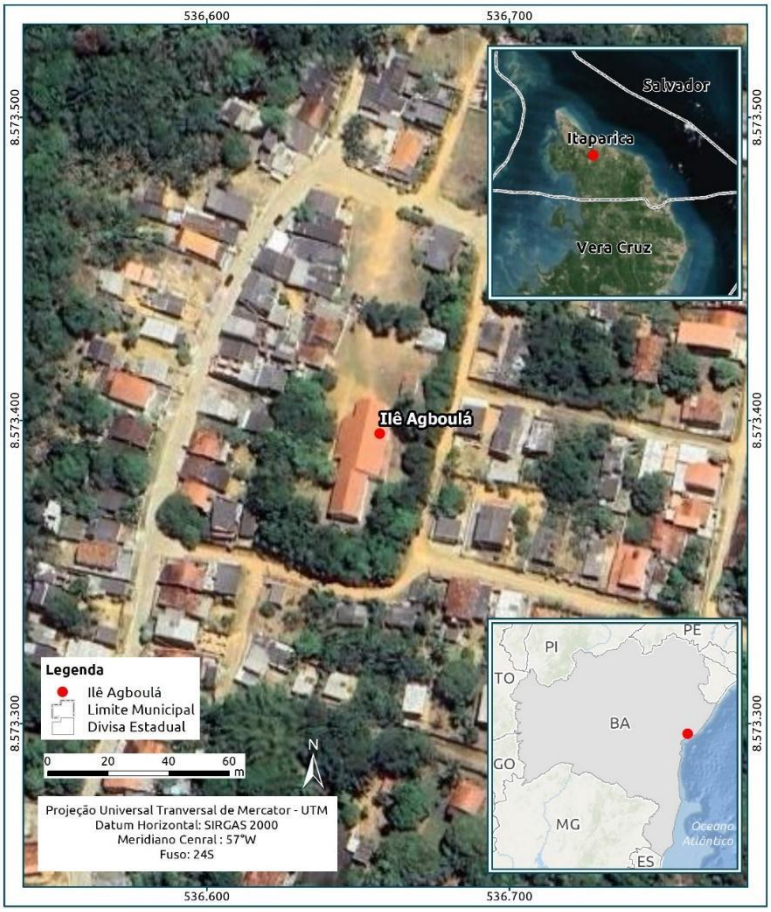
A especificidade de culto às divindades de cada terreiro, salvaguardado pelo tombamento, confere características identitárias a cada um deles, além de grande relevância para a formação da comunidade, que possui tradições centenárias. O desenvolvimento do trabalho ocorre a partir do estudo mais detalhado de dois casos: os terreiros Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde - Roça do Ventura e Terreiro Culto aos Ancestrais - Omo Ilê Agbôulá, ambos tombados pelo Iphan. Esses estudos permitirão compreender quais objetos constituem a categoria de bens integrados e móveis dos terreiros, suas características materiais, estéticas e os aspectos sagrados que foram apontados como relevantes nos processos de tombamento. Esses elementos conferem uma série de particularidades aos objetos, que interferem diretamente nas camadas de acesso aos bens e, consequentemente, nos processos de conservação, que são o foco deste trabalho.São apresentadas, de forma objetiva, a formação desses terreiros e a sua dimensão material.

Ainda estão relacionadas às particularidades desses bens a dificuldade de adequação aos moldes de preservação estabelecidos institucionalmente, as dificuldades de inserção desses bens nos processos de tombamento e a relação com os valores atribuídos ao patrimônio edificado desses espaços religiosos. Esses fatores colaboram para o escasso conhecimento desenvolvido institucionalmente sobre esta tipologia de bens.

O Terreiro Omo Ilê Agbôula, dedicado ao culto de Egungun, está situado em Ponta de Areia, na Ilha de Itaparica (BA), e foi tombado em novembro de 2015. Fundado nas primeiras décadas do século XX, é o remanescente mais antigo dos terreiros de culto aos Egum (ancestrais masculinos). Ao longo de sua trajetória histórica, o terreiro ocupou três áreas distintas, todas localizadas na Ilha de Itaparica. Atualmente, a localização abriga o

barracão, o Ilê Awô (casa do segredo) e os assentamentos[4] dispostos ao longo do terreno. O terreiro está situado no ponto mais elevado de Ponta de Areia, na Rua dos Ipês, s/nº, Alto da Bela Vista, em um lote com 5.165,34 m² de área (Figura 1).

Figura 1 - Localização do Terreiro Omo Ilê Agbôula



Fonte: Autor, 2024.

O local de fundação do Terreiro Omo Ilê Agbôula é próximo à Igreja Nossa Senhora das Candeias, onde ainda permanecem alguns remanescentes, como a casa de Exu, que foi destruída em 2022 devido à compra do terreno por terceiros, e as árvores sagradas: uma gameleira, onde era cultuado o orixá Iroco, e uma cajazeira, onde era cultuado o orixá Ogum. Devido à repressão policial contra os cultos afro-brasileiros na década de 1940, o terreiro foi invadido e teve vários objetos sagrados confiscados. Com o aumento da exposição do local e o assédio durante os cultos, optou-se pela mudança para um segundo local mais reservado, que, posteriormente, foi afetado pela especulação

[4] Em tradução literal, significa base, suporte, fundação, lugar ou residência; designado por alguns autores como "altar". É o *pèpéle*, lugar em que são colocados os recipientes e os elementos sacralizados que representam o orixá. O assento é a parte essencial do peji. (ELBEIN,2014, p.33)

imobiliária, tornando necessária uma terceira mudança, local onde o terreiro se encontra, atualmente.

O espaço do Terreiro Omo Ilê Agbôula é composto por áreas com camadas de restrição. Ele é dividido em lesséms, onde são guardados os objetos litúrgicos; o Ilê Awô, chamado de casa de Egun; e o barracão, que possui uma área frontal de circulação restrita para os Egun e Ojés que estão participando do momento ritual. Além disso, há uma área mais externa de uso público, onde ocorre a separação por sexo: o lado esquerdo é destinado às mulheres e o lado direito, aos homens.

O ineditismo do tombamento do Terreiro Omo Ilê Agbôula se dá, em parte, pelo fato de ele representar uma vertente distinta dos cultos religiosos de matriz africana, especificamente o culto aos Egungun, que venera os ancestrais. Esse culto remonta ao século XIX, assim como o culto aos orixás. Na Ilha de Itaparica, existem outros terreiros históricos, como o Terreiro de Vera Cruz, fundado em 1820; o Terreiro do Mucambo, de 1830; o da Encarnação, de 1840; e o do Tuntum, de 1850. Dessa forma, o Terreiro Omo Ilê Agbôula pode ser considerado, de certa forma, descendente de antigos terreiros, refletindo uma continuidade das tradições afro-brasileiras na região.

O culto a Baba Egun foi fundado aproximadamente em 1934 por Eduardo Daniel de Paula em Ponta de Areia, na Ilha de Itaparica. Os Baba Egun, ou Egungun, são considerados os espíritos de mortos do sexo masculino. Segundo Sobrinho (2015), essas entidades estão ligadas à sociedade do além, voltadas à comunidade de seres humanos já falecidos, perpetuando sua memória e guardando seus ensinamentos nas práticas rituais. O Egungun representa ancestrais coletivos que simbolizam conceitos morais, funcionando como guardiões dos costumes e tradições herdadas.

A continuidade do culto ao Egungun segue uma linhagem familiar, sendo transmitida de geração em geração. Essa celebração é uma homenagem aos ancestrais, visando a preservação dos grupos familiares e de seus valores. Durante essas festividades, ocorre a manifestação do espírito dos ancestrais, que traz bênçãos e conselhos, respondendo aos pedidos daqueles que buscam soluções na fé.

Os Egungun se apresentam no barracão, cobertos por vestes coloridas compostas por tiras de tecido enfeitadas com búzios, miçangas, espelhos e contas, cobrindo todo o corpo. Durante a aparição, não é permitido que o público se aproxime ou tenha qualquer tipo de contato físico; a distância é mantida, e os sacerdotes limitam o espaço com a ajuda de uma vara (Isan).

As vestes dos Egungun constituem um elemento material móvel importante do culto, com uma tradição de confecção pela própria comunidade, conforme destacado no processo de tombamento (ADINOLFI, 2015, p. 199). No entanto, a intenção de incluir esses elementos na proteção foi retirada posteriormente durante uma reunião do Conselho Consultivo em 2015, devido à ausência de um inventário e à urgência da decisão quanto ao acautelamento. Segundo Fábio Velame (2020), o Omo Ilê Agbôula possui uma importância fundamental como matriz dos terreiros dessa tradição.

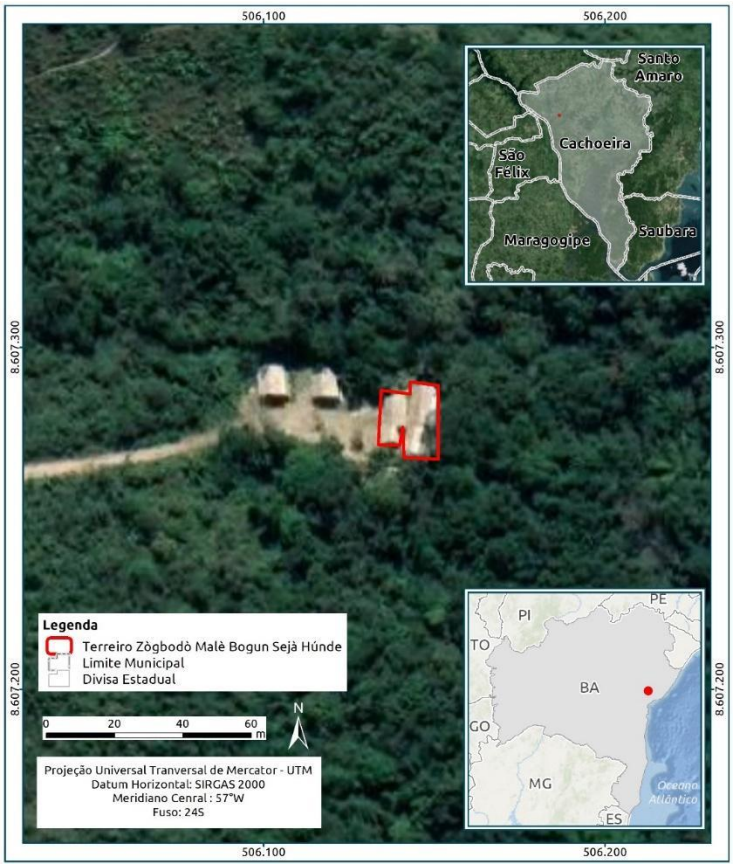
> O Omo Ilê Agboulá é o herdeiro dos terreiros de candomblé de Egum do século XIX e a matriz de todos os terreiros de Egum do século XX, no Brasil. Ele recebeu não apenas os rituais, as músicas, os fundamentos, ou seja, a tradição do culto aos Egum, mas também toda uma linhagem de ancestrais sejam eles africanos ou afro-brasileiros que pertenciam aos terreiros de Egum do século XIX. Atualmente, é referência para todos os demais membros dos terreiros de Egum no país, pois, embora sejam estes independentes, para lá os Ojés (sacerdotes do culto) sempre voltam quando têm algum problema com algum Egum ou Exu de Egum, procurando os sacerdotes mais velho e experientes do Omo Ilê Aboulá para resolver os seus problemas. (VELAME, 2020, p.103)

A função de Egungun é exercida exclusivamente pelos homens da família, reservada a indivíduos que tenham uma trajetória exemplar como sacerdotes e membros da comunidade. Essa posição exige uma grande preparação tanto terrena quanto espiritual, refletindo a sabedoria e o respeito que esses indivíduos conquistaram ao longo de suas vidas. Quando invocados e materializados na forma de Baba Egun, eles representam não apenas os ancestrais, mas também a continuidade e a preservação das tradições e ensinamentos da comunidade.

A manutenção da ritualística e o segredo sobre como os antepassados podem retornar ao plano terreno são aspectos centrais do culto. Essa ritualística se desdobra em um calendário de celebrações, refletindo a profundidade da crença religiosa e o apego que os praticantes têm aos trajes de Egungun. Esses trajes não são apenas vestimentas, mas representam a forte devoção à religião, à cultura e, sobretudo, à tradição. Pierre Verger (2002) descreve brevemente a indumentária utilizada: “Considera-se que as almas dos mortos voltam para a terra, em certas famílias, sob a forma de egúngún. Elas aparecem para seus descendentes debaixo de belos panejamentos, decorados com retalhos bordados e enfeitados com búzios e lantejoulas” (VERGER, 2002, p.94). Essa descrição ilustra não apenas a beleza dos trajes, mas também a profundidade simbólica que eles carregam, conectando os vivos aos seus ancestrais.

O Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde, de nação Jeje-Mahi[5], originário dos cultos às divindades chamadas Vodum, localiza-se em Cachoeira (BA) (Figura 2). Fundado no início do século XX, o terreiro teve suas terras, conhecidas como Roça do Ventura, compradas e dedicadas exclusivamente ao uso religioso. No entanto, há registros da segunda metade do século XIX sobre a Roça de Cima, área adjacente ao terreiro. Em 2015, foi tombado pelo IPHAN, abrangendo todo o sítio natural, os elementos edificados e as árvores sagradas.

Figura 2 - Localização do Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde



Fonte: Autor, 2024.

[5] A nação jeje mahi é originária de uma região do continente africano conhecida como Daomé, atual Benin. A partir do século XVIII parte desse povo foi trazido para o Brasil, se concentrando naregião do Recôncavo Baiano, principalmente a cidade de Cachoeira. Para Luis Nicolau Parés define a origem desses africanos: "Desse modo, a denominação "jeje", no início restrita a um grupo adja particular, provavelmente localizado na região de Porto Novo ou imediações, com a expansão do Daomé e no contexto do tráfico lusófono passou a adquirir um significado mais genérico, para designar aqueles povos controlados ou sob a influência desse reino, mas que podiam ser embarcados como escravos em portos fora do seu território (PARÉS,2007, p. 56)

O terreiro está localizado no município de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Também conhecido como Roça do Ventura, o terreiro começou a ocupar o espaço na segunda metade do século XIX, fundado oficialmente em 1907. Este terreiro é responsável pela preservação de uma das tradições religiosas de matriz africana, especificamente a liturgia do candomblé de nação jeje-mahi, originária dos cultos às divindades chamadas vodum, praticados na região do antigo reino Daomé, atual República do Benim. O terreiro preserva e celebra um novo espectro de tradições, e materialmente, uma nova forma de organização espacial e universo de bens móveis e integrados. As celebrações de rituais sagrados, como Zandró, Boytá e Azyry Tobossy, que não são encontrados em outras nações como o ketu[6] e o nagô[7], conferem características singulares a esse terreiro, que é reconhecido como um centro histórico de referência e difusão do culto aos voduns.

O terreno abriga árvores e espaços sagrados que são fundamentais para a liturgia e compõem a memória identitária da comunidade religiosa. No processo de tombamento, constam informações que estabelecem a fundação do candomblé da Roça do Ventura com a Irmandade da Boa Morte, cuja sede era na Casa da Estrela, com muitos membros vinculados ao candomblé da Roça de Cima. Cita-se a atuação dos africanos Quixareme e Ludovina Pessôa, que foram vinculados à Irmandade e fundadores da Roça de Cima. No final do século XIX, Maria Luiza do Sacramento, iniciada por Ludivina, fundou o Seja Hunde. O funcionamento dos dois espaços religiosos pode ter ocorrido simultaneamente, com alguma conexão litúrgica.

Luis Nicolau Parés, autor do documento "Exposição de motivos para instrução de pedido de tombamento do terreiro de candomblé Zogbodo Male Bogun Seja Hunde. 'Roça do Ventura' de Cachoeira/Bahia", menciona no processo de tombamento a transmissão dos objetos votivos que pertencem à "Roça de Cima":

> De todo modo, o Seja Hunde, desde a sua fundação e certamente após a extinção da Roça de Cima, no início do século XX, herdou alguns dos assentos litúrgicos ou objetos votivos da casa matriz. Devido a esse vínculo espiritual e

[6] O Candomblé de "nação" Ketú é um culto que tem em seu rito as fórmulas de repetição, pouco importando as diferenças entre o bem e o mal no sentido cristão. Esse culto administra a relação entre cada Orixá e o ser humano que dele descende, evitando, através da oferenda, os desequilíbrios desta relação que podem provocar a doença, a morte, as perdas materiais, o abandono afetivo, os sofrimentos do corpo e da alma e toda sorte de conflito que leva à infelicidade. (VERGER, 2003, p.17)

[7] Todos esses diversos grupos provenientes do Sul e do Centro do Daomé e do Sudeste da Nigéria, de uma vasta região que se convenciona chamar de Yoru baland, são conhecidos no Brasil sob o nome genérico de Nàgô, portadores de uma tradição cuja riqueza deriva das culturas individuais dos diferentes reinos de onde eles se originaram. (ELBEIN,2012, p.28)

> histórico entre as duas casas, as atividades rituais do Seja Hunde incluíram, a partir de então, uma série de ritos, associados aos ancestrais e aos voduns da Roça de Cima, realizados na área física originalmente pertencente a ela (PARÉS,2012, p.390).

Dessa forma, o terreiro foi tombado considerando os valores paisagísticos e simbólicos, incluindo as edificações, árvores sagradas e a paisagem do sítio, que são referências da cultura e ritos Jeje.

2.2 Objetos Sagrados e a Preservação Cultural: Estudo dos Bens Móveis em Terreiros de Candomblé

Os bens culturais móveis e elementos integrados de terreiros abrangem um diversificado conjunto de itens que estão intrinsecamente relacionados à sua história, tradições e cotidiano. Esses bens são de fundamental importância para a prática e o simbolismo religioso, colaborando na constituição da própria identidade dos grupos. Além disso, possuem uma significativa importância simbólica para a comunidade. Em alguns casos, os membros estabelecem uma forte relação com determinados bens no espaço religioso, que se tornam locais excepcionais de preservação da memória ancestral e de transmissão de conhecimentos tradicionais.

Apesar da importância do acervo de bens móveis e integrados ser reconhecida nos processos de tombamento de terreiros, observa-se uma quantidade reduzida de informações e diversos desafios na discussão sobre esses bens culturais. Há questionamentos sobre sua natureza mutável e dinâmica, que podem conflitar com a aplicabilidade das determinações do Decreto Lei n.º 25, de 30/11/1937. Esses aspectos geram dúvidas sobre o que deve ser preservado em um terreiro tombado e sobre sua conservação material.

A partir de dois estudos de caso, o Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde - Roça do Ventura e o Terreiro Culto aos Ancestrais - Omo Ilê Agbôulá, tive a oportunidade de realizar uma visita de campo em outubro de 2022. O objetivo foi conhecer o conjunto de bens que constituem os bens móveis e integrados desses espaços, já que os processos de tombamento fornecem poucas informações sobre esse tema específico. É amplamente reconhecida a riqueza dos universos que compõem esses cultos.

O momento possibilitou conhecer esses bens e compreender sua relação com o espaço e o culto, permitindo notar as características formais e de proteção desses objetos, que possuem uma complexidade particular inserida na dinâmica religiosa. O conjunto de

bens, composto por instrumentos musicais, indumentárias, mobiliário, objetos utilitários como vasos e cestas, documentos, máscaras, acessórios e fotografias, elucida o cotidiano e a riqueza simbólica envolvida.

Para apresentar esse universo diversificado de bens, foi selecionado um grupo comum de objetos que podem ser encontrados em diversos espaços religiosos de candomblé. Isso possibilitou ilustrar questões como os materiais constituintes, as técnicas utilizadas, as relações religiosas e os valores associados a esses itens.

Importante observar que diversos objetos não puderam ser acessados ou registrados fotograficamente devido às restrições de acesso, considerando que fazem parte de um acervo sagrado portador de energia — objetos imantados. Essa questão permeia uma parte considerável desses bens, pois muitos deles, após o ritual de consagração, adquirem uma representação simbólica, participando de todo o universo místico do ritual. Juana Elbein dos Santos (1966) explica como a consagração interfere na percepção do objeto:

> Os objetos por si mesmo são apenas substância material. Para adquirir sua representação simbólica devem ser consagrados. Um objeto que reúne as condições estéticas requeridas pelo culto, mas que não tenham sido "preparado" carece de fundamento. É simplesmente uma expressão artesanal ou artística o caráter sagrado é dado através de um oró, cerimônia especial. Não são, portanto, objetos-divindades, fetiches onipotentes que controlam os adeptos. São emblemas preparados e aceitos como símbolo de seres e forças espirituais. (SANTOS,1966)

Questão essencial para entender a importância desses bens, o valor desses objetos não está concentrado em cânones formais relacionados aos bens móveis e integrados, como antiguidade, excepcionalidade e autoria, mas sim em seu vínculo com a dinâmica religiosa.

Os bens observados são inseridos em diferentes atuações, que envolvem desde a materialização da memória de uma pessoa importante para a comunidade religiosa até sua integração em um ritual sagrado. Os objetos também podem transitar por funções espaciais e simbólicas conforme o contexto ritual. Ou seja, ao mesmo tempo que o xerê[8] pode ser um instrumento musical, ele constitui um conjunto de atributos de um orixá. Esses atributos são objetos-símbolos, que podem ser identificados como ferramentas dos Orixás.

[8] Conhecido como chocalho de Xangô, instrumento de Xangô[...].O Xerê africano é uma cabaça (cabaceiro-amargoso) de cabo alongado, ou ainda recoberta de couro e detalhes em metal[...].O Xerê afro-brasileiro é especialmente de cobre, de cabo alongado e caixa de ressonância arredondada- mímese da cabaça de cabo longo. O som do xerê lembra das chuvas e também o roncar da trovoada(LODY,2003,p.96).

Os objetos podem ser a materialização da dinâmica sagrada e das divindades. Na revista do patrimônio nº 21, no artigo "A Coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande", menciona-se diretamente a grande coroa colocada no topo do Poste Central do Terreiro de Casa Branca (Figura 3), que representa o primeiro tombamento do Iphan dessa tipologia. Essa coroa tem a função de ser uma representação material da ligação entre dimensões cósmicas, relacionada aos mitos de origem dos cultos ancestrais, definindo-se como um centro simbólico e ritual do terreiro. O Poste Central (Ixé)[9] é um elemento característico de muitos terreiros. Embora se apresente como uma pequena coluna, sem qualquer função estrutural, ainda carrega uma importante função simbólica.

Figura 3 - A Coroa de Xangô localizada no Terreiro da Casa Grande



Fonte: Processo de tombamento nº 1067 – T – 82, Terreiro da Casa Branca – BA.

[9] Mastro ritual que centraliza o barracão- salão de festas dos terreiros[...] o ixé funciona como um cordão umbilical – elo permanente entre o terreiro e o orum, céu, morada dos orixás. Nesse caso o ixé é uma coluna de alvenaria de base quadrangular e pintada de branco. Ao seu redor ficam alguns utensílios de barro e certas folhas colocadas de acordo com o tipo de obrigação e festa. (LODY, 2003, p.127)

Outra questão fundamental para compreender esses bens são as particularidades quanto ao acesso e manipulação. As camadas que envolvem a aproximação a alguns bens variam, considerando fatores como sexo, hierarquia e função dentro do culto. Além disso, a dinâmica de restrição, modificação e acréscimo que esses bens podem sofrer possui diversas possibilidades, que obedecem à natureza religiosa em que estão inseridos.

Os aspectos materiais, normalmente avaliados, como estilo, técnica construtiva, material, função, autoria e antiguidade, devem ser considerados em relação à sua atribuição no sistema cotidiano-religioso em que estão inseridos. É a partir dessa relação que se pode compreender seu valor; as interações de hierarquia, ancestralidade e oralidade constituem o significado dos bens.

Essas características dos bens afetam diretamente os processos que podem contribuir para a conservação do acervo de objetos do ponto de vista material. Um exemplo são as cadeiras dos egungun, que, devido à sua antiguidade, apresentam problemas estruturais e necessitam de reparos realizados por mão de obra específica. Normalmente, esses reparos são feitos pela própria comunidade, como mostrado no documentário *Egungun* de 1982, dirigido por Carlos Brajsblat, em que um membro da comunidade aparece pintando a cadeira de branco, cor que permanece até hoje. Os responsáveis enfrentam desafios relacionados ao transporte, manipulação e acréscimo de materiais a esses bens, que acumulam décadas de energia e história, podendo essa riqueza se perder ao longo do tempo.

As questões relacionadas à conservação dos bens surgem em outros âmbitos, especialmente quando a manutenção da integridade material pode interferir no uso dos objetos e nas características que provêm da natureza dos ritos. A crença religiosa se reflete no apego que os praticantes têm aos objetos sagrados, que constituem a base de sua devoção à religião, à cultura e, mais importante, à sua tradição.

Os objetos transitam pelos universos do cotidiano, presentes nas mesas de comida, nas épocas festivas e nas obrigações religiosas, refletindo os usos e a capacidade de criação em diversos contextos sociais e históricos. Eles funcionam como testemunhos estéticos, tanto individuais quanto coletivos, e se adaptam às demandas de uso e consumo em diferentes graus de complexidade. O emprego de técnicas tradicionais, como marcenaria, metalurgia, escultura, ourivesaria, além dos saberes relacionados à manipulação de fibras, plumária, tecelagem e trabalhos com cabaça, evidencia a riqueza e a diversidade das práticas culturais e das produções materiais associadas a esses objetos.

Alguns objetos são confeccionados para ter uma durabilidade prolongada, enquanto outros são feitos para uso imediato e podem ser frequentemente repostos. O valor de antiguidade é fundamental para os terreiros, pois está relacionado à legitimação do culto e das casas. Em muitos casos, os objetos antigos são mais valorizados por suas camadas de história acumuladas, enquanto novos objetos podem ser vistos através de uma lógica de descarte e de uso cíclico. Com o desaparecimento de mestres e artesãos, novas formas de fabricação começaram a surgir, incluindo a produção em série, que por vezes se distanciam do universo simbólico original, alterando a forma como esses objetos são percebidos e utilizados dentro da tradição. Essa dinâmica também se relaciona com a sacralização e com as interações no espaço religioso, bem como com a comunidade.

Apesar de existirem diversos trabalhos que tratem do imaginário afro-brasileiro por meio de diferentes suportes como o cinema, desenho e a fotografia com enfoque a dinâmica da religião como as festas, danças, processos de iniciação a partir de leituras da antropologia, ainda há carência de estudos acerca da matéria-prima, tecnologias de confecção e destinação cultural.

O objeto inserido na dinâmica religiosa atua como um elo vital entre o homem e a divindade, funcionando como um meio fundamental para estabelecer a presença da divindade em seu assento ritual. A escolha da técnica, cor, textura e formas não é aleatória; essas características interagem para promover o reconhecimento dos momentos religiosos e dos usos aplicados, representando diferentes divindades por meio de uma linguagem simbólica que se baseia no domínio das tradições, mitos e aspectos religiosos.

Raul Lody (1983) destaca que essas características estéticas desempenham um papel importante na aproximação ao sagrado, refletindo um modelo geral africano. A habilidade de criar esses objetos confere um lugar e uma hierarquia específica dentro da família de santo, onde o conhecimento das tradições religiosas é adquirido ao longo do tempo e através da experiência no culto. Isso não apenas reforça a importância dos objetos, mas também a complexidade das relações sociais e espirituais que se desenvolvem em torno deles.

Roger Bastide (2001) fala sobre as linhas de hierarquia, obrigações relacionadas e o uso dos objetos no processo cerimonial que conferem privilégios:

> Se o ogã preside às grandes cerimônias públicas numa “cadeira”, que continua em pleno Brasil o complexo cultural do trono, é numa cadeira que ele mesmo mandou fabricar e que, por conseguinte, é da mesma idade que sua tomada de posição como *ogã*. O babalorixá, ao contrário, preside sentado numa poltrona que vem dos fundadores do santuário, que não é apenas mais bonita e mais

> confortável como também possui uma outra sacralidade (BASTIDE, 2001, p.229).

Vivaldo da Costa Lima (2003) confirma a cadeira como um símbolo distintivo de um ogã[10], a partir da perspectiva da sua confirmação por meio de ritual:

> O Ogã, desde que confirmado, terá vários símbolos expressivos de seu status: terá um novo nome, um nome iniciado com que é gritado no barracão pelo orixá que o "tirou", no dia da confirmação; terá uma cadeira especial, muitas vezes com o nome do Ogã gravado na madeira ou numa placa de metal; receberá as referências dos filhos da casa, que se forem filhos do mesmo santo que escolheu o Ogã, o chamarão de 'meu pai' (LIMA,2003, p.92).

Edson Carneiro ressalta importância do bem no espaço religioso e ritual, com destaque as cadeiras que estabelecem íntima relação com o processo de confirmação do filho de santo como Ogã (Figura 4), e seu espaço na organização da casa:

> Todas as espécies de assentos se encontram no barracão num dia de festa, desde a cadeira primitiva, incômoda, de alto espaldar, até o sofá de vime e a poltrona moderna. Haverá também a cadeiras de desenho antigo, pintadas a tinta cor de prata, estufadas ou empalhadas: são as cadeiras dos Ogãs (e das ekédis, no Engenho Velho) há pouco confirmados (CARNEIRO, 2008, p.15).

Figura 4 - Cadeiras rituais localizadas no terreiro Roça do Ventura



Fonte: Autor, 2021.

[10] Protetor civil do candomblé, escolhido pelos orixás e confirmado por meio de festa pública[...]. (CARNEIRO, 2008, p.158)

Raul Lody, a partir da análise de um objeto da cultura material afro-brasileira, o Oxé, machado de dois gumes, ferramenta característica de Xangô, estabelece as relações das formas de fazer, modificações das soluções formais e estéticas do objeto e a relação com os usos. O autor faz observações quanto à estética do objeto e à influência do culto na sua confecção:

> No artesanato, hoje, de feitura de ferramentas de santo, o Oxê é peça que recebe muitas interpretações, mantendo, no entanto, sempre o cabo alongado do machado e as duas lâminas (...) assim ocorrendo machados em folha-de-flandres pintados em vermelho e branco, ou apenas na folha-de-flandres, recortada e soldada, observando-se em várias visitas por mim realizadas, alguns machados em madeira, possuindo base, tendo os gomos duplos mais curvos que as convencionais asas retas, porque o Oxê de Xangô é, inclusive, conhecido como machado de asas. Nota-se, nesse último exemplo, que o machado foi feito para o peji, diferenciando dos demais que ocupam os rituais públicos, quando das danças vibrantes de Xangô ao som do alujá, como nas casas ketu (LODY,1983, p.18).

O conjunto de atabaques[11] é outro elemento "vivo" que compõe os barracões dos terreiros. Normalmente, os três tambores de tamanhos diferentes estão presentes no espaço, ainda acompanhados por instrumentos de percussão, como o agogô[12], o xequerê[13] ou o xerê (Figura 5).

[11] Tradicionalmente um instrumento musical muito simplificado, construído por couro animal esticado sobre aro de madeira ou caixa oca de madeira, a parte principal do atabaque é justamente o couro, local onde é realizada a percussão[...].Assim, o encoramento poderá ocorrer de várias formas: esticando a pele por tachas, cordas presas em aros de ferro calçados por pedaços de madeira (cunhas) e tiras de couro, cordas de náilon, pinos de madeira ou sô e por parafusos e tarraxas[...].O corpo do atabaque, convencionalmente feita em madeira, quase sempre são ripas presas por pregos de ferro, cola e aros também de ferro; na verdade uma caixa de ressonância afunilada. (LODY, 2003, p.65)

[12] O agogô é um instrumento formado por dois campânulas de ferro batido, podendo ser cromado, complementado como vareira uma vareta do mesmo material como elemento percursor [...]. O agogô tradicional apresenta uma campanula maior e outra menor, sendo esta um texto da anterior e são distinguidas por timbres e alturas específicos[...]. O instrumento é conhecido também como gã, ferro ou longa.(LODY, 2003, p.65)

[13] Instrumento de percussão e de idiófono, também conhecido genericamente como cabaca ou aguê, formado por uma cabaça (*crescentia cujete*) bojuda e recoberta por rede de fios de algodão, tradicionalmente, ou de náilon, recebendo cartas, búzios, sementes, entre outros materiais.(LODY, 2003, p.64)

Figura 5- Instrumentos de percussão como o xequerê ou xerê.



Autor: Pedro Alvarenga, 2023

O conjunto é denominado de run (o maior deles), rumpi (de tamanho intermediário) e lé (o menor). O Ogã, especificamente o Alabé, encarregado da orquestra do candomblé, tem conhecimento de todas as obrigações dos atabaques. Normalmente, os atabaques estão localizados em um tablado de madeira ou alvenaria, um espaço de destaque e privacidade, onde a música é produzida, como é descrito no trecho:

> Ele circula pela cena seguro, confiante, respeitado. Seu lugar, quando não está tocando, é geralmente perto da plataforma sobre a qual se instalam os tocadores de atabaques, e nas cerimônias em que os deuses, nas pessoas possuídas por eles, cumprimentam e abençoa aqueles membros do culto e espectadores a quem desejam favorecer, eles são invariavelmente escolhidos (LIMA,2003, p.477).

Os atabaques não possuem apenas a função de instrumento musical; ocupam um lugar divino dentro da dinâmica, passando por cerimônias de sacralização. Assim, cada atabaque terá um nome, será alimentado em cerimônias anualmente e será vestido; apenas alguns sacerdotes poderão tocá-los. As faixas coloridas observadas amarradas no corpo do tambor, após o ato de "vestir o atabaque", são os ojás[14], que representam as cores das divindades votivas da casa, da celebração ou do próprio atabaque (Figura 6).

[14] Tira de tecido de usos variados nos terreiros, especialmente nos de candomblé e Xangô. Geralmente de 2 m de comprimento e 50 cm de largura, variando conforme o uso. Os ojás estarão nas roupas, nos atabaques, nos assentamentos, nos adornos do barracão[...]. (LODY, 2003, p.247)

Figura 6-Atabaques com ojás pertencentes ao Terreiro Omo Ilê Agbôulá.



Fonte: Autor, 2021.

O processo de sacralização dos bens os inclui em uma nova dinâmica de existência nesses espaços. As questões de substituição e descarte são totalmente modificadas, mesmo quando o bem já não apresenta eficiência quanto à sua função material. Nessa dinâmica, também são encontrados um conjunto de bens suscetíveis a descarte e substituição corriqueira, como os alguidares[15], cerâmicas e vasos, normalmente utilitários relacionados ao preparo de alimentos, que, devido ao seu uso constante e à fragilidade material, naturalmente precisam passar pelos processos de uso (Figura 7). Mesmo sendo passíveis de tanta mutabilidade, esses bens têm seu uso definido por suas características formais e materiais, como formas, cores e materiais. Durante a pesquisa de campo, são relatados o uso específico de cada tipo de louça; dessa forma, o uso não permite a conservação da sua integridade física, mas ela é feita pela comunidade, realizando a substituição de modo a respeitar os elementos que caracterizam materialmente esses bens. Considerando que os vasos, cestas e mobiliários, nenhum deles tem valor em si mesmos, mas sim quando remetem ao uso que se fez de cada um deles nas atividades religiosas e ao significado imbuído a partir da inserção desses bens nelas.

[15] O mesmo que aguidá ou oberó. Recipiente de barro de formato característico, com boca arredondada e ampla, pouca profundidade, podendo ser cozido e vitrificado. Usado para guardar alimentos e prepará-los. (LODY, 2003, p.65)

Figura 7-Alguidares localizados na cozinha sagrada do Terreiro Omo Ilê Agbôulá.



Fonte: Autor, 2021.

Uma parte considerável dos objetos pode ser encontrada nas lojas e mercados de artigos religiosos, exibindo uma grande variedade de estéticas, técnicas de produção e uso de materiais diversos. Muitos desses objetos são produzidos em série, mas ainda seguem os princípios religiosos que norteiam sua construção. Os bens devem apresentar os elementos mínimos que os relacione com sua função e com os universos das religiões de matriz africana.

Muitos dos objetos relacionados ao orixá que rege o terreiro ou a um iniciado possuem características ligadas ao seu mito que o particulariza. Dentre elas, são identificados cores, objetos, materiais, animais, alimentos e músicas que compõem um complexo simbólico que constituem os universos de ritos e celebrações de cada orixá. A inserção dos objetos litúrgicos por meio de rituais possibilita as transformações, como observada na comercialização em série dos objetos, como uma adaptação de continuidade, visto as necessidades ligadas à perda do conhecimento tradicional, à escassez de matérias-primas tradicionalmente usadas, à mudança na percepção estética dos bens e à dinâmica de participação social dos membros da comunidade religiosa.

No conjunto de bens, ainda são identificadas as ferramentas ou insígnias, que são como emblemas que identificam os orixás e normalmente estão associadas a suas habilidades e mitos. Por exemplo, Oxóssi, orixá caçador, se apresenta com um arco e flecha. No caso de Xangô, o orixá da justiça, o machado de dois gumes (oxé). Outro conjunto de objetos adorna o corpo, como o adê (coroa), que se apresenta de diversas

formas e pode ser feito de metal associado com contas, búzios e lantejoulas, de acordo com as características do orixá. No caso feminino, é diferenciado pelo filá, um conjunto de fios de conta dispostos paralelamente que formam uma cortina que encobre parcialmente o rosto. As coroas ainda podem ser acompanhadas por braceletes e pulseiras de bronze e prata com detalhes puncionados, que enriquecem a indumentária do "santo".

O conjunto de 128 aquarelas do livro "Iconografia dos Deuses Africanos no Candomblé da Bahia" (1980), de Carybé, registra, por meio das ilustrações, as festas e os principais ritos do candomblé, como as roupas, as insígnias e as ferramentas dos orixás. Reunidos em grupos, retratou as principais cerimônias e características dos deuses, dando ênfase à personalidade mítica de cada um. O destaque às características dos trajes, como as roupas, cores e insígnias que correspondem ao orixá, se apresenta como um ato religioso importante, integrando-se como o aspecto visual do processo ritual. A partir dessas características, os deuses são vistos, e é o conjunto que dá forma material ao orixá.

As contas se referem aos colares de diversas cores que são usados pelos iniciados nos ritos. As contas, ou búzios, e coral, passadas em fios de nylon ou em palha da costa, têm uma função importante na identificação do orixá, do ritual e da hierarquia do sacerdote. Roger Bastide, ao apresentar os rituais de iniciação, relaciona a íntima conexão entre o ritual e o objeto material:

> Cada membro do candomblé tem um colar que lhe é próprio, cujas contas são da cor da divindade à qual pertence :brancas para Oxalá, alternadamente brancas e vermelhas para Xangô, verdes para Oxóssi, amarelas para Oxum. Mas o colar não tem valor por si mesmo, deve sofrer previamente determinada preparação, deve ser "lavado". O indivíduo que deseje, pois, participar da vida de um candomblé, deve começar por consultar o babalaô ou adivinho, que interrogará por ele o colar de Ifá ou os búzios, a fim de descobrir o nome do orixá que é o "dono da sua cabeça"(...)Para que o colar tenha valor, é preciso: 1)que tenha ficado uma noite inteira sobre a pedra do deus a que pertence e que o sangue de uma ave morta em sacrifício, juntamente com as ervas apropriadas, tenha lavado ao mesmo tempo pedra e colar. Mas não basta ainda: é preciso mais que :2) a esta primeira participação se junte uma segunda, entre pedra, colar e cabeça do indivíduo que celebra o ritual. Digo "cabeça" e não "individuo" por que a cabeça é considerada a moradia do orixá. Lavar-se-á a cabeça, e muitas vezes também o corpo inteiro, com a água e as ervas que serviriam para a lavagem do colar e da pedra. Assim entram em contato os membros do trinômio, deus, homem, e colar, permitindo a passagem da corrente mística entre o primeiro e o último, por intermédio do segundo. Eis por que o colar só tem valor para o proprietário. Se este o perde e outra pessoa o usa, não terá nenhum poder para esta, pois não foi posto em participação, nem direta, nem indireta, com a cabeça dela (BASTIDE, 2001, p.41).

Nos casos em que não é possível descartar, é observada a guarda dos bens, que têm a indicação óbvia da necessidade de troca, mas também simbolizam a antiguidade da casa,

a partir da noção de que muitos desses objetos são de difícil substituição, portanto perduram por gerações dentro desse espaço religioso. Raul Lody explica sobre o processo de sacralização e ressacralização dos bens, que os insere em outra dimensão e permite que executem funções específicas por anos, sendo periodicamente ressacralizados como um avivamento dos valores religiosos de cada bem. Como observado pelo autor:

> Ao mesmo tempo, os tradicionais terreiros também guardam objetos centenários, encarados como verdadeiros patrimônios, cumprindo ainda seus papéis religiosos, e, segundo os preceitos do Xangô, há necessidade de se manterem ativas todas as propriedades desses objetos, através de periódicas práticas de ressacralização (LODY, 1983, p.13).

A indumentária litúrgica segue as mesmas regras quanto ao uso de cores e formas que representam as características das divindades. O conjunto que remete às roupas das baianas, com saias rodadas, batas bordadas e pano da costa no ombro, é uma típica estética da indumentária. Em outros casos, como no dos egungun, a indumentária assume uma característica ainda mais especial. Além de todas as características formais que compõem as camadas de tecido, partes e formatos, o traje apresenta características riquíssimas, oriundas da tradição e do trabalho artesanal, desenvolvido a partir de toda simbologia bordada. Esse trabalho é realizado exclusivamente por membros da casa. O segredo que permeia toda a tradição de culto aos ancestrais já está presente na própria confecção do traje, que nos ritos ganha vida. No catálogo "Arte e religiosidade afro-brasileira", a "roupa de egungun", com materiais como algodão, veludo, espelho, búzios e lantejoulas, é listada e acompanhada da seguinte indicação: "O artesão que confeccionou este traje detém uma das mais altas posições hierárquicas no templo em que se cultuam os Egun, antepassados míticos ou reais de uma comunidade."

Os objetos ainda são elementos importantes nos altares (pejis[16]) e pertencem a um conjunto de bens ocultos ao olhar externo, ou seja, de acesso restrito aos iniciados. A abundância de elementos como vasos de cerâmica, louça, madeira e elementos de metal, como ferro, de diversos formatos, forma os assentamentos. O espaço de devoção é morada de elementos que simbolizam o modelo ritual seguido pelo terreiro, assim como os elementos de preferência de cada orixá. Os objetos passam pelo ritual de consagração, adquirindo caráter sagrado. Dessa forma, não são apenas a representação material, mas

[16] Local sagrado, secreto, espaço que reúne os objetos sagrados do terreiro. (LODY, 2003, p.131)

são emblemas em que o sagrado está representado, simbolizando toda a circunstância mística, a partir das cerimônias em que os objetos passam a ser dotados de energia e vida.

A relação entre o sagrado e o segredo é apresentada em uma instalação no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo (Figura 8). Sendo o peji um dos locais mais restritos em um terreiro, a instalação simula a limitação do olhar a partir de um ambiente isolado, com aberturas circulares. Ao se aproximar, é possível visualizar, em uma configuração de altar, a disposição de ferramentas[17] e ferros, emblemas, quartinhas[18], figas, estatuetas, assentamentos e esculturas.

Figura 8-Instalação localizada no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, espaço interno.



Fonte: Autor, 2022.

Os bens móveis ainda incluem o variado conjunto de itens que compreende indumentária, bens utilitários, mobiliário, fotografias, documentos e cartas, que são resultado do movimento de conservação de elementos que rememoram a constituição de cada espaço religioso ou de personas que se destacaram em cada terreiro. Os bens estão

[17] Designação geral para símbolos complementares de roupas rituais; para integrar assentamentos ou referentes a objetos visuais consagradamente tidos como armas: espada, facão, alfanje, tridente, lança, arco e seta, preaca, entre outras. (LODY, 2003, p.152)

[18] Hidrocerame que comporta cerca de um quarto de litro de água. É utensilio dos mais comuns e também indispensável à vida religiosa dos terreiros, especialmente os de Candomblé. Às vezes é substituído pela moringa, funcionando como objeto componente de assentamentos e também na sinalização arquitetônica dos terreiros. (LODY, 2003, p.113)

distantes das complexidades do grupo de objetos inseridos no âmbito ritual, mas ainda constituem a memória dos terreiros, como documentos que registram a passagem do tempo.

O conjunto de objetos apresentados revela a relação entre o objeto sagrado e a mercadoria, entre a tradição e a experimentação. Embora tenham peso simbólico e ritualístico, os bens também respondem à demanda comercial, podendo ser modelos fabricados em série ou confeccionados com técnicas antigas, transmitidas de geração em geração, resultando em obras únicas. É possível observar os elementos estilísticos que apontam a origem e, muitas vezes, até a autoria. A partir dos objetos, é possível reconstituir e notar toda a variedade e diversidade dos cultos e tradições em que estão inseridos.

2.3 Objetos de Culto e Cotidiano no Candomblé: Significados, Funções e Conservação

No universo do candomblé é observada a diversa produção de objetos necessários aos rituais, que também assumem funções da dinâmica cotidiana das comunidades, como o caso de utensílios domésticos, como as gamelas, alguidares e outros, restritos apenas aos rituais, funcionando, muitas vezes, como representações religiosas nos diversos ritos e assentamentos. Enfim, cada objeto do culto contém motivos e características relacionadas ao orixá, à celebração; ou seja, a construção dos objetos apresenta intencionalidade a partir da função que irá desempenhar no terreiro, e essas características são lidas pela comunidade religiosa.

Objetos sagrados são objetos da cultura material relacionada ao candomblé, que são considerados sagrados em virtude de suas associações rituais ou cerimoniais. Incluem uma variedade de objetos relacionados com percussão, dança, preparo de alimentos, indumentária e rituais. Dentro da dinâmica religiosa, o acesso a objetos desse tipo é frequentemente restrito, com base na idade, sexo e na realização ou iniciação anterior.

Dessa forma, é impossível estabelecer uma hierarquização dos bens, sendo objetos atribuídos pelos orixás e intermediados pelos sacerdotes. A manutenção das características e tipologias dos objetos tem como ator principal os artesãos e o conhecimento religioso vinculado às construções e à inserção desses bens nesse universo. Todo o processo de execução é importante para a realização do objeto ritual, desde a

escolha e o tratamento da matéria-prima, passando pela pessoa que executa, o uso de cores e símbolos, até a sacralização.

Os bens são constituídos, maioritariamente, de materiais orgânicos, como cerâmica, madeira, fibras naturais, cabaças e couro. A escolha dos materiais utilizados na confecção dos objetos tem inter-relação direta com os rituais para os quais são destinados. Considerando que os bens são repletos de símbolos, e todos os elementos e materiais têm um significado próprio, logo, quando integrados a esses objetos, expressam um sentido e uma finalidade. Isso é o caso daqueles que são atributos de alguns orixás, que normalmente são sacralizados, têm sua função e significado em correspondência com a história do orixá ao qual são atribuídos e podem ser feitos de acordo com normas e requisitos que se relacionam a determinadas formas, cores e materiais.

Os objetos podem ser elaborados dentro dos próprios terreiros, mas também é comum encomendá-los; outros são fabricados em série e vendidos em lojas, então seu significado é reformulado a partir do momento em que assumem sua função litúrgica. Por exemplo, os atabaques, que podem ser encomendados e comprados no mercado, mas cujo encoramento pode ser realizado no próprio terreiro, quando é utilizado o couro de animais sacrificados.

Observou-se, durante as visitas, uma diversidade de tipologias de objetos, como instrumentos musicais, objetos utilitários relacionados à cozinha, objetos decorativos, objetos de memória, que estão diretamente relacionados a bens de valor sentimental, e objetos rituais. Essa classificação visa somente ilustrar os diversos usos que os bens materiais podem ter dentro dos terreiros, considerando que estabelecer uma classificação é complexo, pois um objeto pode ter mais de uma função e transitar entre as classificações, como as louças, que podem estar no sistema dos bens utilitários ou nos bens que pertencem aos assentamentos das divindades e iniciados da comunidade. Dessa forma, é importante observar que todos estão inseridos dentro de uma dinâmica de sacralidade.

O acervo é composto por objetos com diferentes níveis de acesso, tanto para o público externo quanto para os próprios membros da comunidade. Os acessos a alguns objetos ainda podem ser limitados a pessoas de determinado sexo, cargo, hierarquia religiosa e outros critérios, de acordo com a tradição de cada espaço religioso. Como, por exemplo, no Terreiro Omo Ilê Agbôula, o lessén, local onde ficam guardados os acessórios litúrgicos, é uma área estritamente reservada a alguns Ojés, que são os sacerdotes iniciados que compõem a hierarquia religiosa do culto a Egungun.

Os bens estão maioritariamente localizados no barracão e na cozinha sagrada, os únicos locais aos quais foi possível ter acesso durante a visita, quando alguns objetos foram retirados de áreas restritas para serem mostrados, o que impossibilita definir, no escopo deste produto, sua localização exata dentro do espaço dos terreiros.

Nos barracões, caracterizados como espaços de vão aberto, podem ser identificados alguns elementos comuns, como as cadeiras, bancos e os instrumentos musicais. Esses apresentam características e simbologias particulares que variam de acordo com a tradição do terreiro.

As paredes dos barracões também são marcadas com decorações que podem variar de acordo com a simbologia de cada festividade ou ritual, como observado no Ilê Agboulá, onde a decoração de animais, como tartarugas, está relacionada à simbologia do orixá Xangô, que é ancestral e patrono da comunidade. Assim como acontece com as cores das bandeirinhas, que podem estar relacionadas à simbologia de um orixá que está sendo celebrado. Também podem ser observados objetos que são expostos à medida que são adquiridos ou recebidos como presentes; logo, eventualmente, novos elementos são atualizados nas paredes do barracão, como ocorre no Terreiro Roça do Ventura. Os diversos elementos nas paredes, como pinturas, fotografias e esculturas, representam o núcleo familiar ou membros importantes da casa. Além disso, são identificados elementos que trazem uma simbologia de proteção da comunidade, como a chave e a ferradura, posicionadas acima da porta de entrada do barracão.

Os instrumentos musicais são elementos de destaque dentro dos barracões, quase sempre expostos em um local fixo e reservado no espaço. Eles são utilizados nos toques e festividades e passam por um processo de sacralização antes de serem utilizados. Como explicaram os membros da casa, são considerados elementos vivos que, periodicamente, recebem sacrifícios e oferendas. Foram identificados os atabaques, que sempre estão em trio e podem ser identificados como Rum, Rumpi e Lé. No Terreiro Roça do Ventura, é relatado que os atabaques eram confeccionados pelos ogãs, utilizando a parte oca do tronco do dendezeiro e o couro do corte dos animais realizado nas obrigações. Atualmente, segundo o produto 3 do TED 03/2017, o Ogã Buda relata que os atabaques são encomendados a uma pessoa no Largo do Pelourinho, Centro Histórico de Salvador, onde eles escolhem o couro a ser utilizado, geralmente do animal que é oferecido ao vodum. Quando os atabaques chegam no terreiro, passam por um processo de sacralização. Esses são instrumentos que só podem ser tocados por determinados membros da casa e são de uso exclusivamente masculino na hierarquia. As pessoas

responsáveis pelo toque são chamadas de alabês. Os atabaques constituem um elemento de importante simbologia e essencialidade para os rituais, sendo utilizados durante os toques e rituais nas músicas que evocam a presença dos orixás (Figura 9). Nas festividades, ainda são decorados com panos (ojá), formando um laço que tem a cor escolhida de acordo com o orixá celebrado no ritual. Em outros terreiros, de tradição Ketu, os atabaques são tocados por pequenas varas de madeira, os aguidavis[19], diferenciando-se de outras tradições, nas quais os alabês utilizam as mãos.

Figura 9-Atabaques tocados com varetas localizados no Terreiro Roça do Ventura.



Fonte: Autor, 2021.

Entre os instrumentos, foram ainda identificados os agogôs (instrumento metálico de percussão), formados por campânulas. No terreiro Agboulá, foi identificado como Gã, que apresenta a mesma função do agogô, mas seu formato é de uma picareta sem a parte pontiaguda (Figura 10). O instrumento, normalmente confeccionado com ferro batido, é utilizado com o auxílio de uma vareta. No escopo dos instrumentos musicais, existem os xerês e cabaças, utilizadas como chocalhos. Os xerês têm o cabo de madeira com a estrutura circular em material metálico, como o latão ou o cobre. O agbé é formado por uma cabaça com uma rede de fibras naturais intercaladas por búzios ou sementes.

[19] Baquetas artesanais em madeira e de características peculiares para o uso no trio de atabaques. O aguidavi é confeccionado pelo próprio ogã músico- alabê e runtó -, sendo que há um tipo mais grosso e único que é o indicado para o *rum* - maior atabaque -, e dois pares de baquetas mais finas para uso nos atabaques *rumpi* e *lé*. (LODY, 2003, p.65)

Figura 10-Gã pertencente ao Terreiro Omo Ilê Agbôulá.



Fonte: Autor, 2021.

Uma questão específica sobre os atabaques e as dificuldades de sua conservação e reparo foi identificada no Terreiro Roça do Ventura. O conjunto de atabaques, que teve sua estrutura danificada, interferindo na sua sonoridade, está guardado até ser consertado, e um novo conjunto está em uso.

O acervo documental e fotográfico é uma parte importante da memória das comunidades. Outro aspecto observado é a ausência de cópias ou digitalização dos documentos; outro diz respeito às condições de conservação.

As louças compõem um conjunto de objetos relacionados à cozinha. As louças brancas, os alguidares, cestos, panelas de cerâmica, colheres de pau e vasilhas de metal são utilizadas para preparar e servir os alimentos em rituais e festividades. Normalmente, as tarefas relacionadas à cozinha são definidas como femininas. Os objetos são de uso constante e suas características físicas conferem grande fragilidade, então podem ser trocados com frequência. As cores e formatos apresentam simbologia específica. Apesar do descarte e troca desses objetos ser constante, também é relatado que membros da casa guardam as louças específicas de obrigações, que passam a ter valor simbólico e afetivo importante para o ritual. Logo, tais louças podem compor os assentamentos e passam a ser utilizadas em obrigações. Também foram identificados elementos de cerâmica, como vasos ou recipientes de barro, que podem ser decorativos ou utilizados para colocar água potável para consumo ou banhos de ervas utilizados pelos filhos da casa.

Sobre o mobiliário das casas, foram identificados bens de importante função ritual e simbólica, além de móveis que são relíquias para os terreiros. Nos terreiros visitados,

foi observado um elemento comum: os bancos de madeira[20], utilizados no barracão para o público e para os membros da casa se sentarem. Os bancos são artesanais e normalmente produzidos pela comunidade masculina da casa.

As cadeiras são utilizadas por membros que ocupam cargos dentro da hierarquia religiosa na casa e trazem a simbologia entalhada de acordo com o tipo de cargo, além das cores dos tecidos, que seguem as cores dos orixás (Figura 11). As cadeiras apresentam diversos tipos de entalhe, estofados e tecidos, podendo ser de ferro ou madeira. Foi comum encontrar problemas de conservação nos estofamentos, como rasgos no tecido e problemas estruturais, decorrentes do uso constante e do tempo.

Figura 11-Cadeiras rituais com variações de tamanho e entalhe localizadas no terreiro Roça do Ventura.



Fonte: Autor, 2021.

As Cadeiras dos Egun, localizadas no barracão do Terreiro do Agboulá, são objetos muito particulares, na riqueza de cores, materiais e entalhes. As cadeiras têm uma particularidade de acesso, já que apenas os Babas podem se sentar, o que confere a elas uma grande importância ritual. Pessoas não iniciadas no culto não podem chegar perto das cadeiras, e o contato com elas é concedido apenas às pessoas de determinada

[20] Mobília das poucas existentes nos espaços públicos dos barracões de festa dos terreiros de Candomblé, Xangô e Mina. São geralmente bancos longos de madeira, pintados e sempre bem limpos, que servem para o público, a assistência ver e participar dos rituais[...]. O uso desses bancos nivela a assistência, geralmente dividida por sexo -um grupo de homens e um grupo de mulheres. (LODY, 2003, p.122)

hierarquia e do sexo masculino. Na visita, foi relatada a existência de problemas relacionados à estrutura e ao encaixe das cadeiras, que comprometem sua integralidade e, logo, necessitam passar por um restauro. O Alagbá Balbino Daniel de Paula, liderança do Terreiro, contou as dificuldades de realizar qualquer intervenção nesse bem cultural, devido às limitações de manipulação, deslocamento do objeto e às dificuldades de acesso a ferramentas adequadas.

As decorações utilizadas em festividades, como os elementos tipo bandeirinhas e as decorações presentes no barracão, têm a função essencial de cobrir a visão do telhado que abriga elementos estruturais do ritual e oferendas. As bandeiras são trocadas a cada festividade, assim como os temas e cores são escolhidos segundo o calendário religioso. São elementos simbólicos de grande importância e têm uma função que supera as questões decorativas.

As franjas de mariôs[21] presentes no barracão são colocadas nas portas e janelas e trazem simbologia relacionada à proteção e filtro de energias, por isso a localização nas esquadrias. As franjas apresentam degradação natural por se tratar de um material orgânico, palha da costa, com rápida deterioração. Estudos demonstram que a palha possui reação a mudanças de temperatura, especialmente em ambientes quentes e úmidos, que têm maior impacto na sua durabilidade. As franjas são formadas por um conjunto de fios de palha, que propicia a atuação de fatores de deterioração, como o tempo, temperatura, umidade relativa e ação mecânica.

Sobre o descarte dos objetos, são observadas três possibilidades: descarte ritual, substituição e manutenção, mesmo sem condições de uso do bem. Em todos os terreiros, observou-se que os objetos sacralizados não são descartados, mesmo quando estão danificados ou perdendo seu uso cotidiano. Os instrumentos musicais, ferros[22] e algumas indumentárias constituem o grupo dos objetos que nunca são descartados. No caso do Terreiro Roça do Ventura, o descarte é feito de forma específica; quando necessário, os objetos são ritualmente devolvidos à natureza. José Medeiros, no livro "Candomblé" (1957), relata o descarte da indumentária utilizada na iniciação das "iaôs", que devem

[21] O mariô, folha geralmente nova e tenra do dendezeiro desfiada artesanalmente [...] é comum existirem mariôs nas portas e janelas dos prédios que fazem os locais públicos ou privados dos terreiros. Justamente nas entradas, locais que se comunicam com o espaço não-sagrado(exterior), o mariô marca uma divisa e distintivo da ação e proteção mágica, impedindo a entrada dos malefícios e principalmente que os mortos venham a conviver com os vivos. (LODY, 2003, p.128)

[22] A designação "ferro" não determina a presença do metal ferro, mas pode se referir a qualquer metal trabalhado formalmente para destinação de assentamento, combinando-se a outros materiais e objetos. (LODY, 2003, p.177)

ficar guardadas e só ser descartadas no dia de sua morte, como descreve: “As vestes usadas na cerimônia serão guardadas até o dia da morte da ‘filha-de-santo’. Nesse dia, são lançados ao mar, depois da celebração do ‘axexê’ ou ‘dança dos mortos’.” O ritual estabelece o vínculo íntimo dos bens materiais que acompanham a existência dos iniciados na religião. As vestes apresentadas são quase como o início e o fim da participação do indivíduo na dinâmica religiosa.

Também foram identificados objetos de memória, como a bengala que pertenceu aos antigos ogãs do Terreiro Roça do Ventura; algumas esculturas de imaginária católica que estão no terreiro Roça do Ventura e estão vinculadas a uma procissão até a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que tinha como ponto de partida o terreiro. Estes são elementos de afetividade para a comunidade e, ainda que não sejam necessariamente ligados à religiosidade, são historicamente vinculados a membros ou à memória do terreiro.

Uma das questões que chamou a atenção nas visitas é o conjunto de objetos que são de acesso extremamente restrito, pois são carregados de significado religioso e simbólico de grande importância para a dinâmica dos terreiros. Esse grupo de bens é de maior importância para a comunidade, por serem portadores de energia. Visando conservar essa energia e força dos objetos, eles são mantidos longe do olhar externo, preservando, dessa forma, toda a sacralidade e as tradições que envolvem essa dinâmica religiosa.

Quanto aos bens integrados, foi possível observar uma quantidade reduzida nos espaços dos terreiros, o que pode estar relacionado às tradições que prezam por edificações simples. Uma hipótese que pode ser considerada é que os bens integrados, de acordo com seu uso, sejam portadores de axé, porém estariam nos quartos de santo, local onde não tive acesso. Sabe-se que há altares nos assentamentos, mas não foi possível identificar quais bens integrados seriam e sua tipologia. Os bens integrados identificados, em sua maioria, têm gravados símbolos dos orixás cultuados nas casas, como a escultura de madeira na frente da casa dos orixás no terreiro Agboulá.

CAPÍTULO III

> Embora o Brasil possua uma longa tradição nos estudos sobre a cultura material de populações indígenas, o que revela uma tendencia da escola brasileira de etnografia, tradicionalmente também relega a um segundo plano a cultura material africana, transculturada para o Brasil, bem como seus diferentes processos de incorporação, recriação e transformação.
>
> [...]Não só necessitam de estudos os acervos depositados em instituições públicas ou em coleções particulares. Mas também a força viva de um grande patrimônio que está presentes no dia-a-dia de milhares de brasileiros; usuários, construtores e demais casos que implicam os aprendizados de trabalhos artesanais/artísticos, não exclusivamente em situações que levem a um destino religioso, mas também nas convivências e trocas permanentes dos artesãos, artistas. Artífices e demais categorias de trabalhadores que expressam, conhecem e detêm um saber afro-brasileiro. (LODY, 1987)

3.1 Repensando a Conservação no Contexto de Bens Culturais Materiais Dinâmicos

A conservação de bens móveis e integrados, especialmente em contextos culturais como os terreiros, exige uma reflexão crítica sobre os ritos institucionais de tombamento e as práticas de conservação. Um conjunto de conceitos permeia as ações de conservação-restauro e, de forma complexa, transpassa pelos aspectos materiais e imateriais do objeto em questão. Alguns valores de análise tradicionais, como integridade, autenticidade e raridade, são referências fundamentais que ajustam as ações de preservação. Comumente, na prática da conservação e restauro, e como principal fundamento para a análise do bem, a realidade física de um objeto e seus atributos estéticos, que viabilizaram a leitura formal e a fruição estética do bem, são vistas como mais importantes frente a outras características imateriais.

De acordo com o relatório do Getty Conservation Institute (GCI), as pesquisas de conservação, tradicionalmente, se concentram nas condições físicas dos bens culturais, deixando de lado outras áreas, como a consideração da significância cultural e dos valores sociais:

> In fact, the greater part of all conservation research still focuses on the challenges of physical condition—namely, the deterioration of materials and possible interventions — concentrating on the objects as opposed to their contexts. (AVRAMI et al., 2000, p.5)

As atividades de conservação-restauro são objetivamente direcionadas para minimizar mudanças físicas percebidas, como uma perda em um objeto, que é tratada por meio de intervenções com alterações mínimas visuais. Como esse, há um conjunto de

ideias que são diretamente aplicados aos processos de conservação e restauro de bens acautelados por instituições de preservação, tendo em vista que foi um conhecimento construído visando um grupo uniforme de bens, como os inseridos em igreja católicas. Apesar disso há um conjunto de bens minoritários inseridos no universo de bens protegidos que não atendem da mesma forma aos critérios de preservação comumente aplicados.

No entanto, em muitos objetos com forte carga cultural imaterial, a continuidade da presença do objeto não depende necessariamente de um artefato físico duradouro no tempo e no espaço, nem sua autenticidade é garantida mantendo um objeto físico com mínimas alterações. Em muitos casos, esses objetos existem em múltiplas instâncias simbólicas, feitas no tempo e no espaço através dos usos sucessivos com novos materiais e/ou interações humanas.

Diante de um grupo de bens com ausência de um substrato material permanente, novos quadros teóricos e abordagens práticas surgiram. O foco das atividades de conservação foi gradualmente e teoricamente reorientado para a identificação de propriedades significativas, essenciais ou construtivas da obra, e para o reconhecimento de que o sentido de um objeto evolui, se modifica ou multiplica ao longo do tempo.

Esse contexto comum de abordagem dos objetos na área de conservação e restauro é um obstáculo para o tratamento de objetos como os discutidos neste trabalho. A análise dos aspectos materiais, considerando a noção de integridade e autenticidade como valores fundamentais à preservação de bens culturais, não se adapta à análise dos possíveis processos de conservação dos bens inseridos em contextos religiosos dinâmicos, como os terreiros de candomblé.

A noção de integridade é um dos principais parâmetros analisados, normalmente referindo-se às características físicas dos objetos, e foi gradualmente ampliada nas cartas patrimoniais. A autenticidade designa o que vem a ser verdadeiro, legítimo e genuíno. Esses conceitos determinam as ações de preservação, sendo a integridade um elemento essencial para verificar a autenticidade de um bem cultural.

As noções são avaliadas por interferirem diretamente na atribuição de valor; as intervenções priorizam fatores que podem ter impactos favoráveis ou prejudiciais, os quais são determinados a partir dos valores atribuídos a um objeto. O conjunto de fatores, como os valores associados, o estado de conservação e a conservação-restauro, funciona como elementos interligados e dependentes. Froner (1995) explica a importância de se

considerar os diversos fatores e atores interessados no momento da decisão, levando em conta tanto os fatores materiais quanto os imateriais, sem desconsiderar alguma faceta:

> (...)ver a matéria em sua materialidade não é diminuir seu valor conceitual, mas perceber que esta sofre degradação e que esta destruição acarreta em perda de informações; de possibilidades de investigação; perda da memória e da história. (FRONER,1995, p. 295)

O contexto de desenvolvimento de noções e conceitos que guiam as ações de preservação, documentos como cartas patrimoniais, convenções e recomendações são referências. Elas são elaboradas a partir de eventos ou reuniões, a partir da iniciativa de instituições que desenvolvem diretrizes para procedimentos e métodos de preservação. A UNESCO assume a função de regular as medidas de tutela e de ação internacional, assim como elaborar textos jurídicos e recomendações internacionais. Mesmo que não tenham um caráter impositivo, essas diretrizes influenciam as políticas praticadas pelas nações signatárias. A análise das cartas possibilita a percepção de como as noções de patrimônio se modificaram e se ampliaram ao longo do tempo. Beatriz Kühl explica o objetivo dos documentos produzidos nesse âmbito:

> As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Seu caráter, portanto, é indicativo ou, no máximo, prescritivo. (KÜHL, 2010,289)

Nesse sentido, os documentos patrimoniais possuem um caráter indicativo e prescritivo e são uma espécie de resumo de uma discussão; por esse motivo, acabam por se tornar uma referência para os profissionais. Na Carta de Veneza (1964), as resoluções se referem à integridade material ao indicar a proibição de deslocamento ou separação de partes do bem, mas sem nenhuma definição ou diretrizes para sua verificação. No art. 14, consta que: “os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visam a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização […]”

Também se refere à autenticidade como critério de suporte para a restauração, apesar de as ideias de autenticidade e integridade não serem conceituadas com precisão. O termo autenticidade aparece logo no preâmbulo: “A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e,

perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade."

A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 teve grande relevância ao incluir as categorias do patrimônio natural, mas estabeleceu a noção de patrimônio mundial da humanidade, na qual a preservação deveria ser garantida pela cooperação da comunidade internacional. Na mesma convenção, foram estabelecidos os critérios para a inserção dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, a partir da ideia de "valor universal excepcional". Segundo Sant'Anna, a convenção foi polêmica por estabelecer o "valor universal excepcional" baseado nos aspectos materiais do patrimônio e em noções de "integridade" e "autenticidade" vinculadas à permanência da matéria. Essas ideias entraram em choque com as concepções orientais, que associam a autenticidade do patrimônio a outros sentidos, e excluíram países que não tiveram seu patrimônio contemplado nessa ideia (SANT'ANNA, 2015, p. 8).

Posteriormente, a Declaração do México (1985), elaborada a partir da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, considera as transformações do mundo moderno, mas dá destaque a traços imateriais que formam o patrimônio, a partir dos modos de vida, crenças e tradições. Inclui na definição de patrimônio cultural "as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida", incluindo bens que não se adequaram ao critério dos valores excepcionais. Na declaração, consta:

> O patrimônio cultural de um povo compreende as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares, e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (ICOMOS, 1995).

No mesmo movimento de questionar a ideia de valor universal excepcional, a Conferência de Paris—Conferência Geral da Unesco de 1989 aprovou a Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular.

Posteriormente, na Conferência de Nara (1994), convenção internacional que discutiu o aspecto de autenticidade no reconhecimento e na conservação do patrimônio histórico, realizada em Nara, Japão, organizada pela UNESCO, pelo ICCROM e pelo ICOMOS, os participantes tentaram definir critérios específicos para avaliar a autenticidade do patrimônio cultural. É notada a consideração pela diversidade cultural, reconhecendo sua relatividade cultural. Isto é, parece complicado definir uma

“autenticidade” ideal para o objeto que incorpora diversos valores de acordo com sua autenticidade física e espiritual.

> “Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam”. (Conferência de Nara, 1994)

Ao se afastar da integridade material e dos critérios artísticos e históricos para se verificar a autenticidade, passa a se estabelecer a partir de fontes de informações variadas, que não se vinculam apenas a elementos materiais, como forma e matérias, mas também ao uso, função e tradição.

De acordo com Márcia Sant’Anna, a principal contribuição da Conferência de Nara foi estabelecer uma nova ideia de autenticidade, “não mais fundada em critérios fixos e externos, mas a partir do contexto que produziu o bem cultural” (SANT’ANNA, 2015, p. 10). Essa situação pode ser demonstrada pela recusa do Comitê do Patrimônio Mundial em acolher a candidatura de monumentos religiosos japoneses, os quais são ritualmente reconstruídos periodicamente, a partir do argumento de que não são “materialmente autênticos”, considerando as ideias da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972 sobre a noção de “valor universal excepcional”.

As mudanças nas ideias estabelecidas pelas conferências internacionais da UNESCO, nas últimas décadas, apontam para a construção de uma noção antropológica da cultura, em que gradativamente se iniciou um movimento de valorização das manifestações simbólicas dos grupos sociais, seus saberes e fazeres. Assim, houve a flexibilização de conceitos relacionados à autenticidade, além da ampliação da própria noção de patrimônio cultural, ao compreender os diversos modos de o ser humano existir, se comunicar e pensar, assim como as manifestações e conhecimentos envolvidos nesses sistemas.

Muñoz Viñas, ao revisar as teorias clássicas a respeito da autenticidade, resume as formas de pensamento em quatro categorias principais que entendem a existência de um estado real e autêntico do bem. As formas apresentadas são: a autenticidade como o estado do objeto no momento em que foi produzido; o estado que o objeto deveria ter, mesmo que nunca tenha tido, assim como defendido pelo teórico Viollet-le-Duc; o objeto

no estado em que o autor pretendia que fosse visto; e o estado atual do objeto como autêntico.

É possível entender que a autenticidade é um conceito variável e em constante transformação, por ser construído a partir de perspectivas e ao longo do tempo. Dessa forma, novas interpretações surgem, e, a cada momento, um entendimento é visto como mais adequado para verificar a autenticidade dos bens. Muñoz Viñas defende a autenticidade como um valor atribuído pela percepção de cada pessoa. Assim, assim como não há critérios fixos para verificar a autenticidade, não há um estado mais autêntico. Sendo a autenticidade um valor relativo, ela varia conforme o local, o período histórico e até mesmo dentro de um mesmo grupo de pessoas.

> [...] a autenticidade de um objeto não é uma característica objetiva: de fato, todos os objetos são autênticos, autênticos pelo fato de existirem, tautologicamente autênticos. O que pode ser tido como autêntico ou falso é o que os sujeitos pensam sobre eles (os objetos), suas ideias, suas crenças, seus juízos: não os objetos, nunca os objetos, nunca a realidade, talvez seja importante recordar que a realidade é, necessariamente e por definição, real. (VIÑAS, 2021, p. 100).

Na Carta de Burra (1979–2019), as ideias para a salvaguarda do patrimônio incluem os aspectos imateriais, por meio do conceito de significância: "[…] designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras" (ICOMOS, 1980). Estabelece-se, assim, o objetivo da preservação como a conservação da significação cultural do bem. A carta recebeu revisões nos anos de 1981, 1988, 1999 e 2013, e teve seu conceito ampliado: "[…] O significado cultural está incorporado no próprio lugar, na sua estrutura, configuração, uso, associações, significados, registros, lugares relacionados e objetos relacionados. Os lugares podem ter variações de valor para diferentes indivíduos ou grupos". A noção trata a preservação a partir dos valores patrimoniais e prevê a consulta aos atores sociais e a participação social para orientar a salvaguarda dos bens patrimonializados.

O tema é revisitado frequentemente por vários teóricos, destacando a complexidade contínua de se colocar em prática o conceito de autenticidade em contextos culturais específicos.

As mudanças de pensamento em relação à ideia de integridade como valor relacionado unicamente a características tangíveis dos bens culturais são observadas nos documentos de referência às práticas de preservação do patrimônio. No entanto, considerar os valores imateriais de um bem para realizar uma intervenção pressupõe

acesso a uma documentação extensa, ou, ao mesmo tempo, à pesquisa necessária para estabelecer diálogo com a comunidade relacionada a esses bens. Isso se torna ainda mais complexo em casos de bens inseridos em contextos religiosos, como na pesquisa em questão, em que há uma limitação entre o que é possível compreender somente por meio da pesquisa e a significação atribuída pelas comunidades. Dessa forma, quanto os conservadores podem pesar os significados espirituais sobre os valores materiais de um objeto, ou vice-versa, é necessário que o profissional assimile os princípios da concepção de origem do objeto que lhe é confiado aos procedimentos de conservação e restauro.

A flexibilidade na prática de conservação e restauro pode ser acolhida pela importância da integração entre o patrimônio material e imaterial, considerando todos os aspectos da interface entre a caracterização social e física de um objeto. Abrangendo visões que anteriormente estavam em desacordo com a ética da preservação, a integridade cultural se abre para novas ideias, como a integração das práticas de conservação tradicionais (executadas pela própria comunidade) e a reconstrução nas práticas de conservação, visando estabelecer estratégias e intervenções aceitáveis para esses bens.

Os objetos inseridos em contextos religiosos e sagrados assumem particularidades, principalmente relacionadas à integridade, ao sagrado e à significância cultural, em contraste com a preservação. Para esse grupo de objetos, o entendimento de integridade pode ser visto de maneira mais ampla, ao incluir, além da integridade física, a história, a estética e também a significância cultural (CLAVIR, 2002).

3.2 A Interseção entre Conservação Técnica e Significado Cultural nos Objetos dos Terreiros de Candomblé

A prática de conservação e restauro no Brasil, por vezes, é um apoio limitado; a referência teórico-prática nem sempre se aplica a certos objetos e coleções, resultando em um grande déficit no reconhecimento da complexidade de alguns casos. A profissão de conservador-restaurador, de certa forma, se desconectou de um espectro mais amplo de conceitos do patrimônio, e os conceitos relacionados a valores e significados têm pouco impacto na prática da conservação, sendo, por vezes, rejeitados (VASCONCELOS; ROSA, 2020).

O escopo teórico e conceitual é fortemente relacionado à conservação e restauração, especialmente direcionado à arquitetura e às obras de arte. No entanto, existem outras abordagens para a preservação dos bens culturais, configurando um campo

plural e complexo. Observa-se uma integração gradual da conservação e restauração de obras de arte com uma perspectiva mais conectada a outros campos, além de um sentido mais ampliado.

A inclusão da reflexão sobre os elementos intangíveis no processo de tratamento é uma forma de progressão dos aspectos filosóficos que envolvem o pensamento da conservação-restauro, e não uma supressão dos aspectos técnicos. Essa reflexão sobre novas possibilidades contribui para a sobrevivência dos objetos, pois envolve características que incluem a comunidade. O lugar dos objetos sagrados nos terreiros a que pertencem é aquele que conserva sua dignidade e vida, ao manter sua função, uso e condição sagrada. Ao pensar sobre a metodologia do Tratamento de Conservação e os valores relacionados às decisões, Appelbaum considera diretamente o tempo de vida do objeto cultural e sua relação com a conservação.

> não é necessariamente possível, e que em alguns casos, o significado cultural de um objeto ativamente exige que seja usado, ou deixado "morrer", em caso em que o papel do conservador pode ser "deixar o paciente morra com dignidade" (Appelbaum, 2017, p.263).

Os estudos de cultura material têm como objeto a trajetória social das coisas, sua produção, uso e descarte, a partir de uma análise conjunta dos aspectos materiais e simbólicos dos objetos. Desenvolver intervenções de conservação e restauro dos bens culturais a partir dessa perspectiva, principalmente no que se refere ao significado desses bens, pode ser um caminho para unir dois espectros que, por vezes, estão metodologicamente individualizados. Herbert Baldus (1947) reflete sobre o conflito da cultura material, especificamente da etnologia, a partir da ideia de que o objeto em si seria parte da cultura ou a construção de um conjunto de ideias condicionadoras da matéria. O autor resume o conflito em uma palavra: ergologia, que une os aspectos materiais e imateriais por meio de uma abordagem holística do objeto. A existência dos bens está condicionada a modos de viver e rituais que compõem o espectro imaterial. Logo, não há divisão nesse sentido.

As ações de preservação são realizadas em função dos valores dos bens. Todos os bens, de alguma forma patrimonializados, têm atribuídos valores e significados que os destacam, como valores artísticos, estéticos, monetários, sentimentais, históricos, religiosos e culturais, entre uma diversidade enorme de qualidades que tornam esses bens passíveis de ações de preservação. O processo de determinação de valor é essencial para

as intervenções de conservação e restauro, pois guia a natureza da intervenção. No entanto, esse processo é complexo; apesar da existência de diversas metodologias, nenhuma consegue uma única determinação satisfatória dos valores relacionados a um bem cultural ou patrimônio, isso se dá pela característica flexível, contextual e variável dos valores. O processo de análise é essencial para conhecer o bem, assim como para realizar as ações de conservação e restauro, segundo Appelbaum (2017).

A Teoria Contemporânea da Restauração admite que a restauração se define em função de seus objetos, mas que a caracterização desses objetos está diretamente ligada aos aspectos subjetivos a eles atribuídos (VIÑAS, 2021). Os questionamentos "o que", "para que" e "para quem" se preserva podem sintetizar sua teoria. Na resenha de Caldas (2013) sobre *La Teoría Contemporánea de la Restauración*, publicação original em espanhol, são explicadas as ideias de Muñoz Viñas:

> O autor muda o olhar, antes direcionado ao objeto e sua materialidade, para a função e o significado que esse objeto representa em relação a seus grupos de pertencimento. (...) Traz à discussão a necessidade de adoção de uma ética mais democrática e menos aristocrática a fim de que a restauração atenda a mais sensibilidades e contemple o maior número possível de formas de entender o objeto e atender equilibradamente a todas as suas funções e usuários (CALDAS, 2013, p. 1-2).

As fontes para atribuir valor são diversas, como a comunidade, os especialistas, os proprietários e o Estado. O processo de valorização começa quando indivíduos, instituições ou comunidades decidem que algum objeto ou lugar vale a pena preservar, representando algo que merece ser lembrado, algo sobre si e seu passado que deve ser transmitido às gerações futuras. Appelbaum (2017) define que os valores podem ser classificados em duas categorias: os valores culturais atribuídos pela sociedade em geral e os valores pessoais atribuídos pelos proprietários.

A noção de significância cultural, apresentada na Carta de Burra, se torna importante nesse contexto para designar os múltiplos valores atribuídos a objetos. Trata-se de uma definição que aborda diretamente questões como a consulta aos atores sociais e os valores patrimoniais, sendo definida como o conjunto de valores históricos, artísticos, científicos, sociais ou espirituais atribuídos a um objeto. Para o conjunto de bens tratados neste estudo, que abrange objetos sagrados sensíveis — termo utilizado por Miriam Clavir (2002) para definir bens culturalmente restritos —, por exemplo, aqueles que são vistos ou manuseados apenas por pessoas específicas, como iniciados ou detentores, ou

apenas por um gênero. Embora nem todos os objetos utilizados nas dinâmicas religiosas sejam religiosos, eles podem permanecer significativos culturalmente. O termo "culturalmente sensível" amplia os conceitos incorporados ao sagrado para incluir quaisquer objetos que exijam respeito especial devido ao seu significado dentro do seu contexto cultural.

3.3 Desafios e Perspectivas na Conservação de Objetos Sagrados no Candomblé: Uma Abordagem Colaborativa

A conservação dos objetos inseridos nos terreiros de candomblé, do ponto de vista técnico, é complexa, pois esses objetos são elaborados a partir de diversos materiais orgânicos e inorgânicos, que muitas vezes são encontrados somente em seu local de origem. Do ponto de vista ético, esses bens estão vinculados à tradição e à história das comunidades em que estão inseridos. A conservação deve ser realizada de modo a respeitar a história dos objetos e de sua comunidade de origem. A materialidade dos bens não apenas destaca sua criação e confecção, mas também guarda a história e as tradições da comunidade que os criou e utilizou. Isso ocorre em várias esferas que se conectam, entre o físico e o espiritual. A preservação de objetos feitos de diversos materiais, como madeira, conchas, cerâmica, palha, metal, tecido e outros, revela múltiplas interações entre o material e o significado cultural.

Os objetos, apesar de sua integridade física poder ser descrita por procedimentos padrão, possuem um atributo poderoso, invisível e intrínseco, reconhecido pelas comunidades que detêm o conhecimento. É conferido valor às práticas culturais, nas quais o objeto é apenas uma ferramenta. Nesta visão, a preservação, que visa a recuperação e manutenção da cultura viva, adquire valor na renovação constante, apoiando uma identidade cultural que se realiza no presente. Destaca-se, assim, a atribuição de um significado específico à conservação e a necessária ligação com a noção de identidade coletiva. Juana Elbein dos Santos (2002) aborda a ideia da energia fundamental das religiões de origem africana, como o candomblé, relacionada ao seu poder sobrenatural, o àse, que pode ser fixado e transmitido a todos os seres, lugares e objetos, consagrando-os. A autora explica a consagração dos objetos inseridos no ambiente religioso:

> Por meio da atividade ritual o àse é liberado, canalizado, fixado temporariamente e transmitidos a todos os seres e objetivos, consagrando-os. Cada indivíduo, por tecido iniciado pela Ìyá-l'àse e através de sua conduta

> ritual, é um receptor e um impulsor de àse. Todos os objetos rituais contidos no terreiro, dos que constituem os assentos até os que são utilizados de uma maneira qualquer no decorrer da atividade ritual, devem ser consagrados, isto é, ser portadores de àse. Os objetos têm uma finalidade e uma função. Expressam categorias, diferentes qualidades. Seus elementos são escolhidos de tal forma que constituam um emblema, um símbolo. Madeira, porcelana, Barro, palha, couro, pedras, contas, metais, cores e formas não se combinam apenas para expressar uma representação material. Objetos que reúnem as condições estéticas e materiais requeridas para o culto, mas que não forem preparados, carecem de fundamento, constituem uma expressão artesanal ou artística. O caráter sagrado é conferido por meio de um oro - cerimônia ritual - no decorrer do qual o àse é transmitido e armazenado temporariamente. É o àse que permite aos objetos funcionais e adquirir todo o seu plano significado. Portadores de força mística, são ativos indutores de àse, que conformam estimulam um processo ritual ponto funcionam implantados dentro de um contexto, movimentos pela força do àse. (SANTOS, 2002, p.37)

O reconhecimento do significado como um elemento que não reside na estrutura física dos objetos, mas é fruto da atribuição e conexão das pessoas — ou seja, dos aspectos intangíveis relacionados ao passado — está conectado por meio de experiências e deve ser considerado tanto quanto a estrutura material. Appelbaum (2017) aponta que a relevância dada à integridade pode variar conforme o tipo de objeto e o momento histórico, ao explicar a complexidade e a relatividade dos processos de valoração, que se modificam constantemente.

As tradições que envolvem os bens são anteriores a qualquer técnica de conservação e, na maior parte das vezes, são totalmente análogas ao trabalho de conservação tradicionalmente aplicado, como os métodos de acondicionamento ou de controle dos aspectos físicos do local. Dessa forma, o arcabouço teórico-científico e os procedimentos padrão construídos a partir de um universo homogêneo de bens artísticos como os produzidos no século XVIII e aplicado a bens em contexto musealizado são inadequados em um cenário onde os cuidados são tradicionalmente aplicados em um ambiente dinâmico. A conservação pode ser vista como um meio de perpetuar a existência do contexto social que envolve a confecção e conservação desse bem de determinada forma. Enquanto o objeto é muitas vezes constituído para ser efêmero, ele é sujeito a modificações e destruição, que constituem a sua biografia.

O tempo de uso do bem pode envolver mudanças físicas que reforçam o significado do objeto, ao invés de serem vistas como dano ou prejuízo à sua materialidade. Avaliar essas marcas permite entender critérios de conservação/restauro, como a distinção entre dano e os sinais significativos de uso. Nos objetos de candomblé, os danos ocasionados pelo uso em rituais, como manchas, não afetam a capacidade simbólica do

bem, nem resultam em perda de valor.

O dano é percebido negativamente pelos conservadores-restauradores e é um conceito central para a atuação desses profissionais. Muñoz Viñas defende que a percepção da alteração no bem é extremamente relativa; as alterações podem ser valorizadas de maneiras diferentes por diferentes espectadores, sendo possível pensar na própria intervenção como algo danoso ao objeto (VIÑAS, 2021). Clavir (2002) indica diferenças entre dano e deterioração: enquanto a deterioração é vista como um processo natural e contínuo, o dano é considerado um prejuízo à função. A autora ainda entende que tanto a deterioração quanto o dano não são negativos se o objeto já efetivou sua função, citando casos em que objetos são destruídos após seu uso.

A conservação é comumente vista como um procedimento técnico empregado em bens patrimonializados, funcionando como uma forma de manutenção da existência do bem ao longo do tempo, sem impactar os valores atribuídos. No entanto, ações como limpar um objeto ou reforçar uma estrutura podem afetar a forma como os bens serão compreendidos, assim como alterar seu uso e permanência no tempo. Apesar de princípios bem estabelecidos para as ações de conservação-restauro, como intervenção mínima, retratabilidade e autenticidade, o conjunto de decisões do processo prioriza um determinado conjunto de valores.

Considerando a restauração como um meio de proporcionar a recuperação e a manutenção das funções dos bens, o restauro não teria sua pertinência. O que poderia ser indicado como dano não se caracteriza dessa forma; a análise dos aspectos imateriais sugere uma conexão com o conhecimento tradicional da comunidade, questionando, assim, a prioridade da materialidade na análise de um objeto íntegro.

Barbara Appelbaum (2017) propõe uma metodologia de tratamento de conservação e estabelece que a definição do estado ideal de um objeto é o estado físico que o responsável legal considera mais desejável, ou seja, aquele que melhor incorpora os valores do objeto. Essa perspectiva é interessante por incorporar a complexidade da existência do objeto, entendendo que esse estado não é intrínseco e depende do uso e do significado, além de não haver uma determinação natural de um estado melhor. A autora considera que um dos maiores benefícios dessa abordagem é o entendimento claro quanto às necessidades técnicas do tratamento de restauro e à compreensão do objeto em seu contexto físico e cultural.

Muitos objetos inseridos na cultura material do candomblé não se encontram no estado ideal para o ambiente museológico, mas, quando inseridos na dinâmica religiosa,

o objeto está em seu estado ideal, mesmo sofrendo contínuas ações de degradação, que, por vezes, estão relacionadas ao seu tempo de vida. Como explicado por Alois Riegl (2014):

> Uma conservação eterna é absolutamente impossível, pois as forças da natureza são mais fortes e vencerão o engenho humano, sendo que o próprio homem, quando confrontado com a natureza como indivíduo, encontra por meio dela o seu desenlace. (RIEGL, 2014, p. 61).

Miriam Clavir (2018) define os cuidados tradicionais como aqueles realizados pelas populações originárias, por meio dos quais é preservada a significância cultural dos bens. Os cuidados tradicionais direcionados aos objetos dizem respeito não só ao uso deles, mas também às fragilidades dos bens conhecidas pelos detentores. A existência de padrões de cuidados e hábitos evidencia a expectativa de longevidade e a importância da permanência desses objetos ao longo do tempo. Esses cuidados preveem a continuidade da relevância sagrada do objeto, não especificamente sua materialidade. Por meio desses cuidados, preserva-se o local que cultua toda uma multiplicidade de elementos, materializados na concepção dos artefatos de sua cultura material.

Uma questão importante é como reorientar a prática e tratar adequadamente e integralmente as questões materiais e imateriais desses bens. Todos os bens, mesmo os patrimonializados, são transformados com o tempo e o uso. A preservação dos espaços de culto e da cultura de matriz africana é realizada por meio de ações que colaboram para o processo de salvaguarda da sabedoria inserida nesses objetos. Além disso, ações de inventário desses bens podem ajudar a identificar o tipo de matéria-prima, as técnicas e ferramentas necessárias, permitindo que, a partir dessa definição, seja possível desenvolver ações de salvaguarda.

Apesar da evolução contínua dos conceitos que permeiam as ações de preservação, muitas das práticas das instituições são apoiadas nas ideias de imutabilidade e autenticidade da matéria, estabelecendo normas restritivas quanto às mudanças nos bens. Uma das preocupações já apontadas nos processos de tombamento é a mutabilidade dos bens materiais, tendo em vista que o processo de atestar a autenticidade é uma tarefa complexa, considerando a rede de dinâmicas que envolvem os bens inseridos nos terreiros. Os objetos incluídos na dinâmica religiosa são carregados de significados e usos; os vínculos e relações com a comunidade, as tradições religiosas e a sacralidade atuam como testemunhos da autenticidade desses bens, que podem ser reconhecidos pelas instituições de salvaguarda. Sua conservação pode ser construída a partir de relações de

diálogo entre os grupos.

No âmbito brasileiro, o Decreto n.º 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, e o conjunto de leis e portarias publicados desde 1937 não explicitam o entendimento sobre a autenticidade, mas, com certeza, essa noção é um conceito-chave tanto nos processos de identificação quanto nos de conservação. Também foi observado que o tombamento possui uma única forma de tutela; o instrumento não prevê tipos distintos de tombamento (LIRA, 2009, p. 30) nem detalha formas de salvaguarda dos bens. Logo após a inscrição no livro de tombos, os bens são submetidos a determinadas normativas previstas no decreto, como estabelece o artigo n.º 17, que é foco de grande discussão nos processos de tombamento de terreiros:

> Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruidas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cincoenta por cento do dano causado. Apesar de serem indicadas limitações quanto ao uso e movimentação dos bens, é observado subjetividade quanto as formas de preservação do bem. (BRASIL, 1937, Art. 17)

O decreto-lei e os documentos normativos posteriores, embora efetivos quando se pensa na identificação dos bens, apresentam limitações quanto à forma como poderiam ser preservados os bens, especialmente aqueles incluídos em uma dinâmica religiosa viva. Apesar dos diversos tombamentos, a questão ainda persiste em vários aspectos.

É importante reconhecer que o sentido intangível dos objetos e lugares religiosos é a chave para seu significado, tendo em vista que as facetas tangíveis e intangíveis dos bens são indivisíveis. Os elementos materiais são expressões religiosas criadas para apoiar formas de culto. Em todos os casos, as manifestações tangíveis e intangíveis carregam valores intangíveis, expressando o significado do patrimônio para as comunidades. O cuidado desse patrimônio é principalmente responsabilidade da comunidade religiosa. A conservação é idealmente iniciada pela comunidade religiosa e realizada em colaboração com profissionais de conservação.

No interior dos terreiros, são identificados objetos centenários que carecem de ações de conservação visando o prolongamento de sua face material. Apesar das limitações, as ações de conservação preventiva ainda podem ser aplicadas a alguns bens, principalmente ao rico acervo documental encontrado nesses terreiros, que remonta à história, crescimento e reconhecimento desses espaços de culto.

Os objetos presentes nas casas (domésticos), usados pelas pessoas (individuais) ou nos espaços coletivos, precisam ser considerados no horizonte da documentação para conservação. A participação dos objetos nas atividades cotidianas ou rituais dá suporte material à produção simbólica no contexto do candomblé e possui outros sentidos e significados. A documentação é um meio de recuperação de informações e um instrumento de transmissão de conhecimento, com o objetivo de analisar os bens materiais como meios de rememoração e guarda de conhecimentos tradicionais.

Os valores que permeiam esses bens são diversos, o valor espiritual quando em uso o objeto encarna divindade, tendo valor sagrado; valor histórico e social, quando representam entes religiosos respeitados e sua linhagem, valor sagrado quando estão associados a rituais, mas também histórico e artístico, tornando-se também marcadores de identidade cultural. Tendo em vista que os objetos compartilham tantos valores, como a conservação pode se adaptar às realidades desses bens, visto que incluem tradições compartilhadas, assim como rituais com uso regular desses bens em condições ambientais adversas como locais de armazenamento úmidos, sujidades, contato com animais como roedores e formigas. O desafio tanto para os conservadores como para os usuários é como integrar a consciência de conservação na tradição viva e encontrar objetivos comuns.

Envolver a comunidade tradicional nos processos de conservação é um dos caminhos e pode ser tornar essencial, como os principais conhecedores e cuidadores dos bens, visto que estão inseridos na dinâmica religiosa que participam. O conhecimento sobre meios de conservação, o acesso à informação técnica pode de alguma forma colaborar para decisões sobre conservação e restauro do patrimônio, assim como atuar preventivamente modificando as condições de armazenamento.

Os conhecimentos tradicionais relacionados principalmente à confecção do mobiliário e instrumentos musicais são importantes, principalmente os aspectos técnicos e sagrados desses bens, logo são as únicas pessoas com competências suficientes para empreender a conservação. Especialmente no contexto em que pessoas qualificadas são um recurso escasso, os conhecimentos tradicionais por vezes são vistos como uma função menor, logo há um interesse reduzido pelo conhecimento, assim como a desistência da profissão. A ausência de conhecimentos específicos poderá causar negligência ou danos a esse conjunto material.

Os conhecimentos técnicos da conservação podem contribuir para escolha de técnicas ou materiais. Ao mesmo tempo que o trabalho conjunto, a comunidade, pode definir os limites da intervenção. A proposta da conservação colaborativa entre o

conhecimento técnico e o tradicional necessita de sustentabilidade, é necessário pensar em uma rede de profissionais e materiais equivalentes para que questões como restrições orçamentárias impeçam a partilha dos conhecimentos para continuidade desses bens.

No aspecto técnico da conservação-restauro é uma necessidade encontrar soluções novas e eficientes para os objetos religiosos inseridos em um contexto sagrado e vivo, os processos de testar materiais locais, compreender as propriedades dos materiais além de estabelecer parâmetro para cada tipo de tratamento e objetos pode colaborar para certificar que os tratamentos são adequados às necessidades. O histórico da prática de conservação-restauro apresentado por inúmeros estudos, demonstram que não há receitas universais, o famoso "cada caso é um caso", são necessárias adaptações aos contextos particulares para se ter resultados melhores. Assim como nos casos de conservação e restauro são realizados diversos testes considerados simples como de adesivos, diferentes pigmentos, é possível analisar esses aspectos de maneira colaborativa e com uso de novos materiais que podem atender equilibradamente os critérios religiosos e técnicos.

A forma colaborativa é um meio de reavaliar a prática da conservação-restauro, permitindo que os contextos religiosos, valores e as tradições se insiram nos processos de tomada de decisão. Por vezes as normativas éticas e científicas podem não se adaptar aos contextos religiosos e a conservação simultânea dos valores religiosos e tradicionais, assim como a qualidade artística e estética dos bens. Miriam Clavir defende que "preservar o que é valorizado pelos seus usuários" (CLAVIR, 2002) é essencial, e pode por vezes necessitar de consultas a comunidades para se realizar decisões respeitosas e adequadas.

A partir de um enfoque colaborativo, é vital que as instituições validem a capacidade dos envolvidos para definir as ações de conservação, levando em consideração o conhecimento técnico e as práticas tradicionais que podem enriquecer o processo (PEARLSTEIN, 2013, p.9). A articulação entre conhecimento técnico e saberes populares é crucial. No campo da conservação, essa abordagem deve ser sustentada por um quadro teórico sólido, que não apenas fundamente as decisões, mas também permita à instituição entender as ações que devem ser tomadas. Assim, a necessidade de um entendimento comum entre os conservadores e a comunidade se torna evidente, criando um espaço para que a participação ativa seja um pilar das decisões de conservação.

Em relação às ações conservativas, é importante destacar que não existe um único caminho a seguir. Há opções que variam de uma abordagem mais preventiva a uma mais interventiva. Por outro lado, se a instituição optar por um modelo de ação interventiva,

deve haver respaldo teórico que justifique essa escolha. Esse entendimento deve ser claro e coerente, para que as escolhas realizadas pela instituição não apenas respeitem o patrimônio, mas também promovam um diálogo rico entre teoria e prática, garantindo que a conservação seja um esforço coletivo e inclusivo.

Portanto, a proposta de um modelo participativo e compartilhado se apresenta como uma alternativa viável e necessária. Esse modelo deve ser ajustado conforme as especificidades de cada objeto e contexto, permitindo que a instituição navegue entre diferentes possibilidades de conservação. As práticas de conservação-restauro adquirem valores diferentes conforme o objetivo, à preservação do próprio objeto ou sejam ditadas pelo respeito pela cultura que se planeja preservar. Ainda são campos de reflexão abertos e Clavir (2002) destaca positivamente a tentativa conjunta de procura de um "terreno comum" que permita o respeito pelo "valor" cultural dos objetos e garanta um espaço de negociação com as comunidades que são ao mesmo tempo, produtores dos objetos, são guardiões dos "bens culturais" e da cultura viva da qual o objeto tira o seu valor simbólico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos processos de tombamento trouxe a perspectiva de como esses processos foram guiados a partir da observação da posição que os bens móveis e integrados ocupam nas discussões sobre o tombamento de terreiros. A própria definição de bens móveis e integrados é abrangente; no entanto, o entendimento construído é restritivo, focando em bens de fortes, palácios, museus e, principalmente, igrejas e conventos. A partir do entendimento sobre esses bens desenvolvido ao longo do tempo, é importante incluir elementos descritivos de outras matrizes religiosas, incluindo o candomblé, que possui diversos bens representativos tombados, de forma a ampliar o conceito e incorporar exemplos que reflitam essa categoria de bens.

Evidentemente o tombamento de terreiros teve avanços principalmente nas tratativas quanto às edificações, mas a categoria de bens móveis ainda é pouquíssima discutida, perspectiva não só nos bens de terreiros, mas o lugar que a própria categoria ocupa na instituição. Alguns entendimentos sobre a aplicação das normativas a esses bens, precisam ser mais bem estabelecidas e discutidas na instituição e com a própria comunidade civil que homologa os pedidos. Nos processos não há nenhum exemplo de avanço sobre a inclusão dos bens.

Inicialmente os objetos inseridos nesses espaços, categorizados normalmente como etnográficos, considerados menores no universo das artes, hoje já podem ser vistos a partir de toda a complexidade técnica e sua representatividade. O desenvolvimento de ações colaborativas é essencial, visto o reconhecimento de que o olhar externo das comunidades religiosas não consegue compreender esses objetos na sua multiplicidade de valores e significados. É fundamental que as comunidades que produzem ou que produziram os objetos sejam incorporadas no processo que envolve a salvaguarda.

A conservação-restauro apoia suas ações nos valores atribuídos ao objeto em questão, estabelecendo critérios e princípios e consequentemente suas práticas. Esse cenário foi incorporado pelas cartas patrimoniais e evidenciam a participação das comunidades na gestão do seu patrimônio, e sucessivamente os grupos também começam a demandar a participação ativa na salvaguarda dos seus bens. A partir dessa conjuntura é essencial que as possibilidades de colaboração com os povos detentores para compreender a complexidade e expandir o conhecimento dos bens que por vezes a instituição assume como cogestor.

Inicialmente a conservação-restauração priorizava em suas ações a manutenção

da integridade dos bens, aplicadas a toda tipologia de bens. O foco era relacionado unicamente a materialidade e manutenção da integridade física. Gradualmente as discussões sobre os valores e a integridade além do âmbito material são incorporadas a esse universo, quanto aos bens etnográficos as discussões normalmente relacionadas a diversidade e natureza orgânica dos bens tem um novo contorno ao se considerar as relações entre os indivíduos e os objetos em questão. A discussão, normalmente apoiada por outros profissionais como museólogos, historiadores, antropólogos e arqueólogos, é fundamental para se estabelecer conexões, ampliar o entendimento sobre os bens, ponto normalmente.

A partir da pesquisa foi possível identificar questões fundamentais para estabelecer a construção de uma relação colaborativa com os grupos detentores para construção de conhecimento sobre os bens, principalmente no que se refere às ações conservação-restauração.

Compreender que essa tipologia de patrimônio é viva e exige o reconhecimento que o significado intangível das estruturas materiais como objetos e as obras de arte criadas para apoiar formas de culto nos rituais, e dos lugares sagrados tangíveis são a chave do significado. O tangível e o intangível não podem ser separados, as manifestações e objetos carregam valores intangíveis, expressando o significado do patrimônio para as comunidades.

Outra questão observada é que o cuidado desses bens cabe principalmente à comunidade religiosa, para a qual este acervo tem fundamental importância. A conservação dos bens sagrados é idealmente iniciado pela comunidade religiosa e realizado em colaboração com profissionais da conservação e para reconhecer que o respeito pela fé pode envolver restrições, regras e exclusões relativas ao tratamento de conservação e quem pode estar envolvido em tais tratamentos; desafiar os profissionais a optarem por escolhas baseadas no mais pleno respeito pelas práticas e valores que sustentam a fé na comunidade religiosa, de forma as escolhas refletem o caráter vivos desses e bens e manter os objetos sagrados no contexto da religião; estabelecer um diálogo com confiança e compreensão mútua é essencial, visto que o uso de termos técnicos pode dificultar o entendimento.

Entretanto, os objetivos das comunidades religiosas parecem muitas vezes ir contra com os objetivos das ações de conservação. A conciliação exige o reconhecimento da natureza complementar do aconselhamento e ganho de conhecimento disponível para ambos. A sobrevivência ao longo do tempo dos bens depende geralmente do respeito e

cuidado que a comunidade religiosa tem com os seus bens. Mas o profissional da conservação também pode contribuir enormemente para o cuidado a longo prazo dos bens. A experiência pode auxiliar a comunidade religiosa a avaliar as implicações técnicas, científicas e filosóficas das opções de conservação disponíveis quando necessário e a escolher a opção que mantém a fidelidade aos valores da comunidade religiosa, ao mesmo tempo que protege melhor os interesses e objetivos de conservação.

Além disso, é importante considerar que a evolução e adaptação das práticas religiosas, rituais às circunstâncias contemporâneas pode ocasionar em alterações nos bens que pode ser entendido como uma forma de continuidade da religião e devem ser respeitadas na tomada de decisões de conservação.

Essa questão toca diretamente nas normativas de tombamento, apesar da necessidade de uma discussão aprofundada sobre o tópico, que pode interferir até em bens de outras naturezas além da religiosa. Deve-se considerar que as formas de expressão religiosa se modificaram e evoluíram em diferentes aspectos, resultantes das interações sociais e mudanças de circunstâncias. Logo, as ações de conservação não devem tentar congelar os bens, mas orientar mudanças, por vezes inevitáveis, para registrar as formas passadas.

Respeitar os valores religiosos num contexto multicultural em que há orientações específicas dentro de cada tradição do candomblé é essencial estabelecer um diálogo sobre questões de conservação com os diferentes representantes. O diálogo deve reunir todos os envolvidos no campo da conservação e todos os interesses da comunidade religiosa, para construir compreensão e conciliação dos diferentes pontos de vista.

Dessa forma, é possível compreender que a colaboração é um importante elemento para o desenvolvimento de qualquer protocolo de conservação para os objetos inseridos em contextos como os de terreiros de candomblé. A conservação e os conservadores vêm, nesse contexto, gradualmente reelaborando práticas tradicionais da área, destacando a necessidade de repensar modelos de atuação, especialmente no que se refere aos bens culturais etnográficos e à consolidação das ações de conservação compartilhada desses bens.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **Ata de reunião:**

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ata da 116ª reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada em 13 de agosto de 1985. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/198504116reuniaoordinaria13deagosto. Acesso em: 22 ago. 2024.

2. **Decreto:**

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 22 ago. 2024.

3. **Correspondência:**

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Correspondência nº 051/100 INBMI/BA, 01/12/2000. Salvador: Arquivo Central do Iphan. Documento transcrito.

4. **Processos de Tombamento:**

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1067 – T – 82, Terreiro da Casa Branca – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1432-T-98, Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1471-T-00, Terreiro Ilê Axé Iyá Omim Iyamassê – Gantois – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1486-T-01, Terreiro Manso Banduquenqué – Bate Folha – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1481-T-01, Terreiro Ilê Manoiálaje Alaketu – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1464-T-00, Terreiro Casa das Minas – MA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1498-T-02, Terreiro Ilê Oxumarê Araká Axé Ogodo – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1627-T-11, Terreiro Roça do Ventura – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1505-T-02, Terreiro Omo Ilê Agbôula, de culto a Egungun – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1517-T-04, Terreiro Tumba Junsara – BA. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo de tombamento nº 1585-T-09, Terreiro Ilê Obá Ogunté / Sítio de Pai Adão – PE. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan. Documento digitalizado.

5. **Portaria:**

SPHAN. Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986. Da Instauração do Processo de Tombamento. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_11_de_11_de_setembro_de_1986.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

6. Documentos internacionais:

UNESCO. Carta do Patrimônio Mundial. 1972. Paris: UNESCO, França.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE ARQUITECTURA E PATRIMÔNIO. Carta de Veneza. 1964. Veneza: ICOMOS.

ICOMOS. Carta de Nara sobre a conservação de sítios culturais. 1994. Nara: ICOMOS.

UNESCO. Declaração de México sobre a conservação e a restauração de bens culturais. 1982. México: UNESCO.

UNESCO. Conferência de Paris sobre a preservação do patrimônio cultural. 1960. Paris: UNESCO.

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Carta de Burra. Disponível em: https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter 2013-Adopted-31.10.2013.pdf. Acesso em 20 out. 2024.

7. Obra cinematográfica

EGUNGUN (Original). Direção de Carlos Brajsblat. Salvador: SECNEB, 1982. 1 vídeo (99 min.).

8. Referências bibliográficas:

APPELBAUM, Barbara et al. *Metodologia do tratamento de conservação*. Organizado por Renato Deitos. Traduzido por Karina Schröder e Mariana Wertheimer. 2021.

AVRAMI, Erica**.** Values and Heritage Conservation. *The GCI Newsletter*, v. 15, n. 2, p. 1-8, 2000. Disponível em: valuesrpt.pdf (getty.edu). Acesso em: 10 abr. 2024.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta (Org.). *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em: valuesrpt.pdf (getty.edu). Acesso em: 10 abr. 2024.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta**.** The spheres and challenges of conservation. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta (Org.). *Values and Heritage Conservation: Research Report*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000. p. 15-27. Disponível em: valuesrpt.pdf (getty.edu). Acesso em: 10 abr. 2024.

BALDUS, Herbert; ALBA, Carlos. Cultura material. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 9, n. 2, p. 171–177, 1947. Disponível em: https://doi.org/10.2307/3537492. Acesso em: 20 out. 2024.

BASTIDE, Roger**.** Candomblé. *A Cigarra*, São Paulo, n. 183, p. 5-26, 1949. Disponível em: A Cigarra (SP) - 1917 a 1975 - DocReader Web (bn.br). Acesso em: 10 abr. 2024.
BASTIDE, Roger**.** *O Candomblé da Bahia: rito Nagô*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

CAPINAM, Maria Bernadete; RIBEIRO, Orlando**.** A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 165-171, 1986.

CARNEIRO, Édison**.** *Os candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

CLAVIR, Miriam. Preserving conceptual integrity: ethics and theory in preventive conservation. In: ROY, A.; SMITH, P. (Ed.). *Preventive Conservation Practice: Theory and Research*. London: International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works, 1994. p. 53-57.

CLAVIR, Miriam; MOSES, John**.** Caring for sacred and culturally sensitive objects. In: *Preventive Conservation Guidelines for Collections*. Ottawa: Canadian Conservation Institute, 2018. Disponível em: https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/preventive-conservation/guidelines-collections/caring-sacred-culturally-sensitive-objects.html. Acesso em: 15 abr. 2024.

CORRÊA, Alexandre Fernandes. A coleção Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro: o primeiro patrimônio etnográfico do Brasil. *Mneme - Revista de Humanidades*, [S. l.], v. 7, n. 18, p. 49-67, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/330. Acesso em: 10 abr. 2024.

COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. In: BARROS, Clara Emília Monteiro de (Org.). *Lygia Martins Costa: de museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002. p. 289-316. (Edições do Patrimônio).
COSTA, Lygia Martins. *Manual de preenchimento da ficha do inventário nacional de bens imóveis e integrados*. Brasília: IPHAN/DID, 2000.

CUNHA, Juliana da Mata. *Quem pode mais do que o dono da casa? Participação social no processo de patrimonialização do Terreiro Ilê Obá Ogunté (Sítio de Pai Adão) no Recife-PE*. 2018. 138 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2018.

DOURADO, Odete. Antigas falas, novas aparências: o tombamento do Ilê Axé Iyá Nassô Oká e a preservação dos bens patrimoniais no Brasil. *Risco - Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)*, [S. l.], n. 14, p. 6-19, 2011. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v0i14p6-19. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/45501. Acesso em: 10 abr. 2024.

FRONER, Yaci-Ara. Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 5, p. 291-301, 1995. Disponível em: http://www.journals.usp.br/revmae/article/download/109243/107714. Acesso em: 10 abr. 2024.

GONÇALVES, Ana. Patrimônio etnográfico. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. p. 579-581. ISBN 978-85-7334-279-6.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Organizador). *Políticas de acautelamento do IPHAN para templos de culto afro-brasileiros*. IPHAN: Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010. DOI: 10.1590/S0101-47142010000200008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539. Acesso em: 20 out. 2024.

LIMA, Vivaldo da Costa**.** *A família de santo nos candomblés jejes-nagô da Bahia*. Salvador: Corrupio, 2003. 216 p.

LIRA, Flaviana Barreto. *Patrimônio cultural e autenticidade*: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento. 2009. 150 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LODY, Raul. *Cultura Material dos Xangôs e Candomblés*: em torno da etnografia religiosa do Nordeste. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional do Folclore,1987.

LODY, Raul. *Dicionário de arte sacra & técnicas afro-brasileiras*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro*: construindo identidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MACÊDO VELAME, Fábio. O culto egúngún no Brasil: diáspora, ancestralidade e resistência negra nas cidades brasileiras. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 99-130, 2020. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1134. Acesso em: 13 abr. 2024.

MEDEIROS, José. A purificação pelo sangue. *O Cruzeiro*, n. 45, p. 14-18, 23 ago. 1952. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=82645. Acesso em: 10 abr. 2024.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. *Teoria contemporânea da restauração*. Tradução Flávio Lemos Carsalade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO; LODY, Raul**.** *Coleção culto-afrobrasileiro: um testemunho do Xangô pernambucano*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco; Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, 1983.

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: UNICAMP, 2006.

PEARLSTEIN, Ellen. Conservation outreach materials for a tribal museum without conservators. Conference: Playing to the Galleries and Engaging New Audiences: *The Public Face of Conservation*, November 14–16, 2013. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/284369557_Conservation_outreach_materials_for_a_tribal_museum_without_conservators/related. Acesso em 20 out. 2024.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Tradução Elane Ribeiro Peixoto e Albertina Vicentine. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SANT'ANNA, Márcia. *Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros*. s/d. Disponível em: http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/escravidao_no_brasil_os_terreiros_de_candomble_e_a_resistencia_cultural_dos_povos_negros.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTOS, Deoscoredes Maximiliano dos; SANTOS, Juana Elbein dos. *Arte Sacra e Rituais da África Ocidental no Brasil*. Salvador: Corrupio, 2014.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nàgô e a morte*: pàde, àsèsè e o culto égun na Bahia. Tradução feita pela Universidade Federal da Bahia. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett de; ROSA, Celina Oliveira; SANTOS, Tatiane Bernardo da Silva; OLIVEIRA, Jaqueline Anjos de. Ações para a preservação das coleções etnográficas do MAE/UFBA. In: CONGRESSO DA UFBA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2019, Salvador, Bahia. *Caderno de Resumos*. Universidade Federal da Bahia, p. 725. Disponível em: https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/congresso-ufba-2019_caderno-resumos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

VELHO, Gilberto. Antropologia e patrimônio cultural. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, n. 20, p. 17-28, 1984.

VERGER, Pierre. *Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África*. Tradução: C. E. M. Moura. São Paulo: EDUSP, 2019.

ANEXO I

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS REFERENTES AOS BENS CULTURAIS MÓVEIS E ELEMENTOS INTEGRADOS À ARQUITETURA

NOME – ANO	ABRANGÊNCIA	JUSTIFICATIVA	REFERÊNCIAS NO TEXTO		INCLUSÃO	EXCLUSÃO	NÃO CITADOS, MAS EXISTENTES		SITUAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS NO IPHAN
			BENS MÓVEIS	INTEGRADOS			MÓVEIS	INTEGRADOS	
Terreiro da Casa Branca/Ilê Axé Iyá Nassô Oká/Candomblé do Engenho Velho 1986	Conjunto monumental, árvores e paisagem compreendendo santuários, edifícios e árvores consagradas diversos e outros objetos de culto ligados à tradição afro-brasileira	O Terreiro é a continuidade histórica de um dos primeiros terreiros de origens ketu nagô na cidade de Salvador e que deu origem a outros que são reconhecidamente os maiores guardiões dessa tradição. Resguarda o precioso legado Nagô.	Máscaras, esculturas, pinturas, esculturas orixás, Adé Bayani, cortinas	Assentamentos Fonte Barco Quartinha e machado de Xangô no telhado Painéis de azulejos (São Jorge e São Jerônimo) Pintura mural (Oxum)	1983 - Dora Alcântara cita que visitou o Terreiro e observou os objetos de culto. Parecer de Gilberto Cardoso Alves Velho – 1984 – tombamento do sítio, edificações, árvores e principais objetos. Parecer de Marcos Vinicius Villaça – fala nos símbolos religiosos e todos os demais elementos.	Dora Alcântara – 1982 - Inadequação do tombamento devido ao caráter extremamente dinâmico dos valores etnográficos em questão: "(...) sejam eles espaços arquitetônicos, objetos de culto, etc, por participarem intrinsicamente do ritual e da própria vivência da comunidade religiosa, tornam-se passíveis de todo tipo de mutação e mesmo de destruição". (Art. 17 - Decreto Lei 25/37) Peter Fry – 1984 - "É evidente que estas construções e decorações são acrescidas ao patrimônio do terreiro gradativamente, com o outras são destruídas sem deixar traços. Dada esta mutabilidade arquitetônica e iconográfica, se torna problemático o	Tronos	Coroa de Oxum (fonte: Internet)	Resolução do Conselho Consultivo - 1985

						tombamento total de das construções e suas decorações, mesmo reconhecendo seu alto valor artístico". O mesmo não acontece com as árvores que, por serem sagradas, nunca poderão ser cortadas e portanto, se afina com o que tombamento dispõe.			
Ilê Axé Opô Afonjá **2000**	Conjunto arquitetônico e paisagístico constituído por parte do terreno ocupada pelas edificações de uso religioso, pelas edificações de uso comunitário (museu e escola), pelas habitações provisórias e permanentes dos membros da egbé e pelo mato sagrado.	Simbolismo como foco de resistência e de difusão da cultura africana no Brasil, de espaço feminino de atuação religiosa e social além de nossa responsabilidade e compromisso constitucional quanto à preservação e proteção da esperança ser transmitidas para as gerações futuras.	Tronos, ferramentas, Documentos, adjás, indumentárias Instrumentos musicais, panelas de ferro, Objetos de cerâmica, louças e contas	Assentamentos, fontes, Poste central	-	Parecer da procuradora – 1999 – "Vale destacar que as referências textuais e fotográficas ao acervo móvel do Museu Ilê Ohun Lalai (...) tem efeito meramente ilustrativo já que o tombamento restringe-se exclusivamente ao bem Imóvel (...)".	Cruz da casa de Ibó Cadeiras/tronos, waji, efum, osum, cabaças, tesouras, navalha, obi, orobô, favas, quartinhas, adjás, alguidares, cuias, gamelas, pilões, talhas, bancos, ferros de carvão, panelas de ferro, colheres de pau, pedras de ralar, tachos de cobre, funil, moedor, panelas de barro, ferramentas de Orixás, indumentárias, ferramentas antigas como espadas, adjás, xerês, contas, joias O primeiro museu do candomblé do país, o Ilê Ohun	Gradil de metal Poste central	Os bens móveis e integrado estão excluídos do tombamento

							Lailai (casa das coisas antigas, em iorubá)		
Terreiro Casa das Minas Jeje 2005	Terreno com as edificações	A casa das Minas é o único lugar fora da África, onde são cultuadas divindades da família real do Abomey, e também o único terreiro da nação Mina Jeje (...). Esta sociedade africana transplantada para o Brasil e pioneiro no norte do país possui grande coesão familiar, centrada no regime matriarcal, constituindo-se portanto, em um dos exemplos mais expressivos de afirmação da identidade étnica afro-brasileira.	Oratório, tocheiros, instrumentos musicais, mobiliário, esculturas sacras, potes, alguidá, indumentaria, cachimbos, rosários, contas, louças, fotografias	Assentamentos	Inspeção Técnica - Stella Regina Soares de Brito-2001-(...) que não podem de maneira nenhuma serão utilizadas fora do templo religioso da casa em questão entendemos seu valor intrínseco, as peças arroladas para tombamento anexo neste processo juntamente com seu espaço arquitetônico pertencem ao legítimo proprietário, mas seu valor no caso mais histórico do que artístico pertencem a humanidade, e perante a ela assumimos a responsabilidad	Ata da 35° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural - Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès-2001-O acervo de bens móveis não deve ser incluído neste tombamento, em virtude da sua natureza efêmera e facilmente perecível de numerosas das peças arroladas no inventario fotográfico "que por sua natureza são impróprios e até incompatíveis com os preceitos do tombamento, cuja conservação e preservação constituem a essência desse ato	-	-	Os bens móveis e integrados estão excluídos do tombamento

					e de zelar pela sua correta(...)				
Ilê Iyá Omin Axé Iyamasse (Terreiro do Gantois) 2005	O conjunto das edificações e áreas envoltórias onde se encontram as árvores sagradas, a fonte água, e os trechos de mata.	(...) sentido de proteção e valorização de um bem cultural inestimável, mas há também o significado de reconhecimento, ainda que tardia, do legado e material, ou ainda o sentido de penitência face o sacrifício desumana que foram submetidas estas populações e que a nação não tem, de fato, como resgatar, e finalmente sentido de homenagem a todos aqueles que anonimamente lutaram durante séculos pela preservação dos ritos religiosos para que chegassem até os dias de hoje	Objetos pessoais de Mãe Menininha do Gantois, mobiliário, Indumentaria, Tronos, Fotografias, Escultura (São Jorge?), documentos	Sacrários, Nichos, Poste central, Assentamentos, Fonte Pintura mural (sereia)	-	-	Ferramentas de Orixás, Joias de Axé, Louças, esculturas sacras (madeira e gesso), espelhos, indumentaria, adjas, louças, panos da costa, insígnias de orixás (Memorial Mãe Menininha do Gantois)	-	Não há comentários sobre a inclusão ou exclusão, alguns bens foram apenas citados durante o processo

Terreiro do Alaketo -Ilê Moroiá Láji 2004	Área/gleba de 2.616,52 m2, com edificações e outros elementos de culto e moradia, inclusive área verde	O Ilê Maroiá Láji é testemunho vivo da transferência de cultos africanos tribais, familiares, dinásticos e urbanos para o Brasil, bem como de sua universalização e transformação em uma das mais importantes religiões nacionais.	Mobiliário, fotografias, oratórios, tronos, esculturas sacras, atabaques	Assentamentos, fontes	-	-	-	-	Não há comentários sobre a inclusão ou exclusão, alguns bens foram apenas citados durante o processo
Terreiro de candomblé do Bate-Folha- Manso Bando Quenqué Bate-Folha 2005	Terreno de 14,88 hectares, com mata ciliar Atlântica remanescente (parcialmente desmatada para a linha de transmissão em alta tensão), edificações e outros elementos de culto e moradia	É inegavelmente uma referência nacional do rito Angola e de sua tradição espacial bem como uma inestimável fonte de informações sobre as tradições religiosas e línguas trazidas pelo povo banto para o Brasil.	Oratório, Instrumentos Musicais (atabaque), Trono, quartinhas, esculturas sacras	Marco histórico "Ato do Tuntum" Assentamentos, Fonte?, Quartinha, capela, hieronimico do terreiro sobre a capela	-	-	Escultura (Santa Bárbara)	-	Não há comentários sobre a inclusão ou exclusão, alguns bens foram apenas citados durante o processo
Terreiro de Candomblé Ilê Axé Oxumaré- Terreiro de Oxumaré 2014	Espaço intramuros do terreiro, com edificações, área de mata	O terreiro é um dos mais antigos e importantes centros de culto afro-brasileiro do Brasil, a história da religião no	Documentos, fotografias, atabaques, "poste central", escultura de madeira	Sacrários, assentamentos, esculturas de orixás na área externa	-	-	Estatuetas africanas, Mobiliário (canapé)	"poste central', estátua (mãe Iyewa), fonte,	Não há comentários sobre a inclusão ou exclusão, alguns bens foram

		Brasil em geral, e do culto de candomblé em geral, passa pela Casa de Oxumarê (...). O sítio onde está implantada a Casa é ocupado pela comunidade 'há quase dois séculos de modo inconteste', mantendo arquivo com 'registros documentais importantes'. A casa preserva elementos que se reportam a 'liturgia dos grupos de culto jeje, ketu e ijexá'.	(Xangô), Coroa de Dadá, lustre de cristal, potes de cerâmica, tronos, estátua (busto) de Salacó, oratórios, baús das Yawos, pilão, coroa de latão do Adé Bayani, cadeiras, brasão de Ogum, brasão de Oxóssi.						apenas citados durante o processo
Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura) 2015	Acervo histórico, etnográfico e paisagístico correspondente ao conjunto de bens imóveis- o sítio natural e os elementos edificados ou de espécies arbóreas referenciais dos ritos JEJE	Em primeiro lugar, cabe destacar que o terreiro" seja unde", já secular, depositário e responsável pela preservação de uma tradição religiosa de matriz africana de fundamental importância para a formação histórica do candomblé como	Cadeiras de ogã, documentos, fotografias, instrumentos musicais (runle, rum, rumpi), pedras, ferramentas, quartinhas, esculturas (Nossa Senhora da Conceição, São	Assentamentos, placa "Fazenda Ventura"	-	-	-	Poste central com a coroa no topo	Não há comentários sobre a inclusão ou exclusão, alguns bens foram apenas citados durante o processo

		instituição religiosa. Trata-se, mas particularmente, da liturgia do candomblé de nação jeje-mahi originária nos cultos as divindades chamadas de voduns praticados na região atual da República do Benin (antigo reino do Daomé).	Bartolomeu, São Jerônimo)						
Terreiro Culto aos ancestrais - Omo Ilê Agbôulá 2015	Refere-se somente ao sítio do alto da Bela Vista, onde se concentra atualmente o conjunto arquitetônico e paisagístico do Terreiro Omo llê Agboulá.	Quanto a importância da salvaguarda deste bem ressaltamos a excepcionalidade do mesmo. Este é a mais representativa das casas de culto aos ancestrais, uma vertente de poucas ramificações dentre os cultos afrobrasileiros. Esta também é uma das sobreviventes da era das perseguições religiosas do	Espelhos, contas, indumentaria (abalá, kafô, bantê, Apaaraká), quartinhas, mobiliário (tronos), faixas e estandares com o tema de xangô, máscaras, opá iku, íxã, oxê (machado de lâmina dupla)	Pintura mural (Baba Aboulá repreendendo os seus descendentes), Pintura do ritual do despacho de Exu	Parecer Técnico -Maria Paula Fernandes Adinolfi-2015- Por esta razão, acrescento a proposição de tombamento uma recomendação não explicitada no laudo: as roupas dos Eguns e todo o conjunto de materiais que faz relativos ao culto, caracterizados no jargão patrimonial como "bens	Relator do processo Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès - 2015 - Observo que no início da instrução havia a expectativa por parte dos técnicos de que se pudesse, incluir no tombamento, "as roupas dos Eguns e todo o conjunto de materiais rituais relativos ao culto, caracterizados no jargão patrimonial como bens móveis do terreiro (...) parte integrante e indissociável do bem protegido"(fl.199) entretanto como não foi possível realizar o inventário desse acervo de bens móveis, essa	-	-	Os bens móveis e integrados estão excluídos do tombamento

		Estado às religiões de matriz africana, sendo assim também um ícone da luta deste grupo social.			móveis" do terreiro, devem ser incluídos como parte integrante é indissociável do bem protegido através de instrumento do tombamento	intenção foi retirada do presente processo, para não prejudicar a urgência da medida			
Terreiro Tumba Jussara- Terreiro de Candomblé da Nação Angola 2018	Terreno ocupado atualmente pelo Terreiro, com suas edificações e sua mata	"Terreiro Tumba Junsara" pelo seu valor etnográfico, como referência da identidade afrobrasileira resultado da milonga entre os povos negros escravizados no território brasileiro, e por seu valor histórico, como resultado da resistência de um povo em diáspora que teve papel importante na formação do que hoje entendemos como sociedade brasileira.	Objetos listados no Inventário (Tronos, pedra de moer feijão, xére, Oxês de Nzaze, Mão de pilão de Nzaze, Xaxará de Kavungo, Ibiri de Zumbá, Adjá de Ciriaco, Espada de Nkosi, Cajado de Lemba, Bacia de Lemba, Jarra de Lemba, Cálice de Lemba, Abebé de Dandalunda, Espada de Dandalunda, Espada de Nkosi, Espada de	Paredes que remetem ao formato de acarajé, assentamentos	-	Parecer Técnico CGID-Carolina Di Lello-2018- (...) Não faz parte da proposta aqui apresentada o acervo de bens móveis, apesar de existir um inventário de grande qualidade, que identificou os bens móveis da Casa. Esse trabalho teve o objetivo de elaborar um projeto de musealização do acervo da Casa, e nesse projeto não incluiu análise do que poderia ser selecionado para tombamento	-	-	Os bens móveis e integrados estão excluídos do tombamento

			Bamburucema, Espada de Kayala, Atakan da feitura de Mesoenji, Saieta da feitura de Mesoenji, Calçolão da feitura de Mesoenji, Par de laços da feitura de Mesoenji, Munjola (ngoma), Mungongo (ngoma), Mukuikinho (ngoma), Cadeira da Nengua Deré Lubidi - Lemba, Cadeira de Ciriaco, Cadeira de Tempo, Cadeira de Agué Beno Beno Catessu, Cadeira de Jikitione, Cadeira do Tata Sincarangoma Nzinge Lumbondo,						

			Placa de Kavungo, Saia de morim com bordado “asa de mosca”, Pano da costa, Escultura de Santo Antonio, Escultura de São Roque, Escultura de São Lázaro)						
Terreiro Obá Ogunté-Sítio Pai Adão 2018	A área de tombamento refere-se ao espaço intramuros do terreiro	O Terreiro Obá-Ogunté ou Terreiro de Pai Adão tem sido por quase cem anos um dos mais atuantes centros de cultura abro-brasileira no Recife.É o mais antigo entre os terreiros de rituais Nagô da cidade. Considerando que o processo demonstrou que Sítio Pai Adio é portador de uma ancestralidade negra e é uma referência para o candomblé e para a cultura de 'matriz africana, portanto,	Esculturas religiosas, tais como: São Sebastião, São João, São Lázaro, Frei Damião, Padre Cícero, São Jorge, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Carmo, Santa Luzia, Santa Bárbara. Santos Cosme e Damião, Nossa Senhora Aparecida, São Francisco, dentre outros. Símbolos, ferramentas,	Pintura mural (Iemanjá),"pedra de acarajé", cruz do patrão	-	Ata da 90° Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural-2018- Não há elementos suficientes para incluir os bens móveis no tombamento. Mas considerando que é um acervo significativo do culto e que o sítio já possui espaço de memória, sugerimos que esse item também seja discutido com a comunidade para que eles selecionem bens que devam compor este tombamento, no caso positivo, recomendamos que eles colaborem com a realização do inventário dos bens móveis a serem protegidos.	-	-	Os bens móveis e integrados estão excluídos do tombamento

		"portador de referência à identidade, à ação e à memória dos grupos formadores da sociedade brasileira",	indumentárias e louças dos Orixás, além dos estandartes da bandeira de São João, os batas e os ilús (tambores)						